

Demonstrações Contábeis Completas

30 de Setembro de 2017

ITAÚSA

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DIRETORIA ITAÚSA	15
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	16
NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS	25
NOTA 2 – POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS	26
NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	38
NOTA 4 – ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	38
NOTA 5 – ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	38
NOTA 6 – ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO	38
NOTA 7 – CLIENTES	39
NOTA 8 – OUTROS ATIVOS E PASSIVOS	39
NOTA 9 – ESTOQUES	40
NOTA 10 – INVESTIMENTOS	41
NOTA 11 – IMOBILIZADO	46
NOTA 12 – INTANGÍVEL	47
NOTA 13 – ATIVOS BIOLÓGICOS (Reservas Florestais)	48
NOTA 14 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	50
NOTA 15 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	52
NOTA 16 – DEBÊNTURES	52
NOTA 17 – PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	53
NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO ITAÚSA	55
NOTA 19 – PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES	58
NOTA 20 – RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS	60
NOTA 21 – DESPESAS POR NATUREZA	60
NOTA 22 – OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	60
NOTA 23 – RESULTADO FINANCEIRO	61
NOTA 24 – LUCRO POR AÇÃO	61
NOTA 25 – COMBINAÇÕES DE NEGÓCIOS	62
NOTA 26 – BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO	63
NOTA 27 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	64
NOTA 28 – PARTES RELACIONADAS	66
NOTA 29 – GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS	67
NOTA 30 – EVENTOS SUBSEQUENTES	70
RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	71
PARECER DO CONSELHO FISCAL	75
REUNIÃO DA DIRETORIA	76



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (Itaúsa) e de suas controladas relativos ao período de julho a setembro de 2017 (3T17), elaborados de acordo com as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - *International Financial Reporting Standards*).

Relatório do Auditor Independente

As Demonstrações Contábeis foram revisadas pela BDO RCS Auditores Independentes S/S (BDO) em atendimento aos requerimentos estatutários, inclusive no que se refere às normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM que, na qualidade de auditores independentes, emitiram relatório sem ressalvas e contam também com o parecer favorável do Conselho Fiscal. Considerando as boas práticas de Governança adotadas pelo Conglomerado, as Demonstrações Contábeis foram também revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), empresa responsável pelos serviços de auditoria do Itaú Unibanco Holding S.A., principal investimento da Itaúsa.

As Demonstrações Contábeis foram disponibilizadas à CVM e à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3).

1) AMBIENTE ECONÔMICO

No cenário doméstico, o PIB ficou estável no primeiro semestre de 2017, se comparado ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado configura uma melhora em relação ao observado entre 2015 e 2016, anos marcados por contração da economia.

Em relação ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego medida pela Pnad Contínua encontra-se em 12,4% no trimestre terminado em setembro, ante 11,8% no mesmo período do ano passado. Na margem, observa-se uma queda do desemprego, mas devido ao aumento da população ocupada por conta própria ou sem carteira assinada.

A indústria vem apresentando sinais de estabilidade nos últimos meses. Após uma alta mensal

dessazonalizada de 0,7% na produção industrial em julho, foi observada uma queda de 0,7% em agosto e alta de 0,2% em setembro.

A variação anual do saldo de crédito do sistema financeiro foi de -4,4% em setembro de 2017, em termos reais, contra um recuo de 9,4% no mesmo mês de 2016. As concessões acumuladas em 12 meses até junho recuaram 5,4% em termos reais, contra uma queda de 16,6% um ano antes. A taxa de inadimplência do crédito para Pessoa Física recuou 0,3 p.p. nos últimos 12 meses para 3,9% em junho de 2017. A inadimplência para Pessoa Jurídica alcançou 3,3% (3,3% em setembro de 2016).

A inflação medida pelo IPCA atingiu variação de 2,5% nos últimos 12 meses até setembro, bem abaixo dos 6,3% do fechamento do ano passado. Em termos desagregados, os preços administrados subiram 6,1% no período, enquanto os preços livres, 1,4%.

A inflação corrente abaixo da meta e a atividade aquém do esperado tem permitido a flexibilização da política monetária. Em outubro de 2016, o BACEN iniciou um ciclo de cortes de juros e, desde então, a taxa Selic foi reduzida de 14,25% para os atuais 7,5% ao ano (outubro de 2017).

2) DESTAQUES ITAÚSA

ITAÚSA

Renovação do Acordo de Acionistas Itaúsa

O Acordo de Acionistas da ITAÚSA será automaticamente renovado em 24.06.2019, por mais 10 anos, em razão da ausência de manifestações contrárias pelos subscritores até 24.06.2017, conforme procedimentos previstos na Cláusula 12 do referido Acordo. Esta decisão reforça o compromisso dos Controladores com a sustentabilidade e perenidade da Companhia.

Sustentabilidade

Pelo décimo quarto ano, a Itaúsa foi selecionada para compor a carteira do *Dow Jones Sustainability World Index* (DJSI), principal *ranking* de sustentabilidade empresarial do mundo. Em sua edição 2017/2018, a carteira é integrada por 319 empresas de 29 países, das quais apenas 6 brasileiras – entre elas a Itaúsa e o Itaú Unibanco Holding S.A.

A Itaúsa obteve a maior nota do setor bancário nos seguintes quesitos:

- ➔ Política/Medidas Anticrime;
- ➔ Estabilidade Financeira e Risco Sistêmico;
- ➔ Riscos e Oportunidades do Negócio;
- ➔ Estratégia Climática;
- ➔ Relatórios Ambientais; e
- ➔ Reporte Social.

Além disso, a Itaúsa e o Itaú Unibanco foram novamente selecionados para compor a *carteira Dow Jones Sustainability Emerging Markets Index*.

Programa de Recompra/Cancelamento de Ações da Companhia

Em 07.08.2017, o Conselho de Administração (CA) da Itaúsa deliberou cancelar as 50.970.229 ações ordinárias escriturais de emissão própria existentes na tesouraria, mediante absorção de R\$ 448,7 milhões consignados nas reservas de lucros. Também foi deliberado nesta mesma reunião, renovar a autorização para aquisição, no período de 18 meses e a preço de mercado, de até 50.000.000 de ações ordinárias e igual quantidade de ações preferenciais de emissão própria para tesouraria. Posteriormente, em 10.10.2017, o CA deliberou elevar os limites para até 153.700.000 ações escriturais de emissão própria, sendo 103.700.000 ordinárias e 50.000.000 preferenciais. O processo de aquisição de ações de emissão própria tem por objetivo a aplicação de recursos disponíveis da Companhia.

Alpargatas

Em 12.07.2017, a Itaúsa anunciou que, conjuntamente com Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A. e Cambuhy Investimentos Ltda., firmou contrato de compra e venda para aquisição da totalidade das ações de emissão da Alpargatas S.A. detidas pela J&F Investimentos S.A. Em 20.09.2017, houve o fechamento da transação. A Itaúsa adquiriu 27,12% do capital total da Alpargatas, representado por 103.623.035 ações ordinárias e 23.968.521 ações preferenciais, desembolsando o montante de cerca de R\$ 1,7 bilhão, sendo o preço por ação equivalente a R\$ 14,17 por ação ordinária e R\$ 11,32 por ação preferencial.

Em razão da aquisição do controle acionário da Alpargatas, os Compradores realizarão oferta pública para aquisição das ações ordinárias dos demais acionistas da Alpargatas, assegurando preço equivalente a 80% do valor pago para os vendedores.

O resultado desta oferta pública poderá acarretar elevação da participação acionária dos Compradores na Alpargatas e adicional desembolso proporcional pela Itaúsa.

Não se espera que esta transação acarrete efeitos significativos no resultado da Itaúsa neste exercício social.

A reorganização da estrutura de Governança da Alpargatas vem ocorrendo desde o fechamento da operação. Este processo está detalhado mais adiante neste documento no item específico sobre Alpargatas.

Emissão de Notas Promissórias

Em 13.07.2017 a Diretoria deliberou emissão de notas promissórias até o valor de R\$ 1,8 bilhão, em três séries (vencimentos 2022, 2023 e 2024) com juros de 106% do DI para a primeira série, 107% para a segunda série e 108% para a terceira série. A remuneração e o valor nominal unitário serão pagos integralmente nas respectivas datas de vencimento das séries. Em 20.09.2017, a Diretoria deliberou que os recursos líquidos a serem futuramente captados mediante a colocação das Notas Promissórias serão destinados ao reforço do capital de giro da Companhia.

Funcionamento Permanente do Conselho Fiscal

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 07.08.2017, deliberou propor à próxima Assembleia Geral dos Acionistas a alteração do Estatuto Social da Companhia para tornar o funcionamento do Conselho Fiscal permanente. Esta proposta reafirma o compromisso da Companhia com as melhores práticas de governança corporativa.

Remuneração aos Acionistas

O CA da Itaúsa declarou em 07.08.2017 juros sobre o capital próprio (JCP) no valor de R\$ 0,07900 por ação (R\$ 0,6715 por ação líquidos de IR na fonte), pagos aos acionistas em 25.08.2017, tendo como base de cálculo a posição acionária final do dia 14.08.2017.

3) DESEMPENHO ECONÔMICO ITAÚSA

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITAÚSA INDIVIDUAL

Como *holding*, a Itaúsa tem seu resultado composto essencialmente pela equivalência patrimonial, apurada a partir do resultado de suas controladas. Abaixo estão demonstrados o resultado da equivalência patrimonial e o resultado próprio da Itaúsa considerando apenas os eventos recorrentes (os itens não recorrentes encontram-se discriminados na tabela Reconciliação do Lucro Líquido Recorrente).

Demonstração do Resultado Individual - Recorrente							Em R\$ Milhões
	01/01 a 30/09/2017	%	01/01 a 30/09/2016	%	Evolução	Evolução (%)	
Área de Serviços Financeiros	6.890	99,7%	6.470	101,0%	420	6,5%	
Área Industrial	20	0,3%	(67)	-1,0%	87	129,9%	
Duratex	14	0,2%	(7)	-0,1%	21	300,0%	
Elekeiroz	23	0,3%	(37)	-0,6%	60	162,2%	
Itautec	(17)	-0,2%	(23)	-0,4%	6	26,1%	
Outros	(1)	0,0%	2	0,0%	(3)	-150,0%	
Total REP Recorrente	6.909	100,0%	6.405	100,0%	504	7,9%	
Resultado Próprio da Itaúsa	(300)		(96)		(204)	-212,5%	
Receitas/Despesas Financeiras	-		51		(51)		
Dividendos	115		-		115		
Despesas Administrativas	(42)		(30)		(12)		
Despesas Tributárias	(303)		(200)		(103)		
Outras Receitas Operacionais	7		16		(9)		
IR/CS	(77)		67		(144)		
Lucro líquido Recorrente	6.609		6.309		300	4,8%	
Resultado não recorrente	(148)		4				
Decorrentes de participação no Itaú Unibanco Holding	(160)		(9)				
Decorrentes de participação na Duratex	12		7				
Decorrentes de participação na Elekeiroz	-		(2)				
Lucro Líquido	6.461		6.313		148	2,3%	

Despesas Gerais e Administrativas (DGAs)

Considerando-se a estrutura administrativa dedicada à realização das atividades da Itaúsa, composta por 73 pessoas, as DGAs totalizaram R\$ 63 milhões nos 9M17, aumento de 21,2% em relação ao mesmo período de 2016. Este aumento deve-se principalmente, à contratação de consultorias que apoiaram o processo de diversificação do portfólio da Itaúsa.

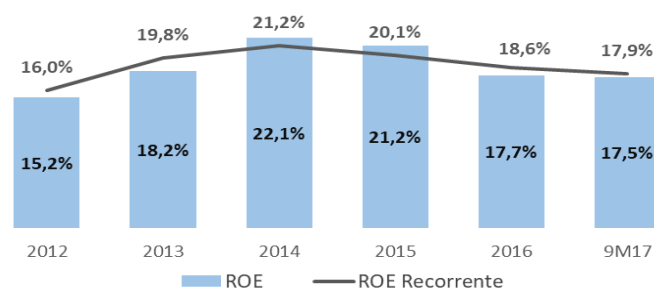
Despesas Tributárias

No acumulado dos nove primeiros meses de 2017, as despesas tributárias totalizaram R\$ 303 milhões, (aumento de R\$ 103 milhões). Estas despesas são compostas basicamente por PIS e COFINS incidentes sobre a receita de JCP recebidos do Itaú Unibanco que cresceram R\$ 1.107 milhões em relação aos primeiros nove meses de 2016. Além disso, o IR e CS de R\$ 77 milhões dos 9M17 foi impactado pela diferença entre os JCPs recebidos e pagos referentes ao exercício anterior.

Lucro Líquido

Como resultado dos eventos mencionados anteriormente, o lucro líquido recorrente de janeiro a setembro de 2017 foi de R\$ 6.609 milhões, alta de 4,8% em relação ao ano anterior, com rentabilidade recorrente sobre o patrimônio líquido médio (ROE) de 17,9%. O lucro líquido no mesmo período atingiu R\$ 6.461 milhões com rentabilidade de 17,5%.

Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio – ROE



Passivos

O total de passivos circulantes e não circulantes era de R\$ 4.126 milhões ao final de setembro de 2017. Deste montante:

- R\$ 1,2 bilhão era referente às debêntures emitidas para financiar a aquisição da NTS;
- R\$ 1,0 bilhão era referente a dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar; e

- R\$ 1,0 bilhão era referente às provisões de PIS e COFINS: ação que discute o direito de calcular e recolher as contribuições ao PIS e COFINS sem a inclusão na base de cálculo dos valores recebidos a título de Juros sobre o Capital Próprio.

PRINCIPAIS INDICADORES DO RESULTADO CONSOLIDADO DA ITAÚSA

	Em R\$ Milhões					
	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Lucro Líquido	6.461	6.313	64	-	6.525	6.313
Lucro Líquido Recorrente	6.609	6.309	43	(13)	6.652	6.296
Patrimônio Líquido	51.662	47.933	2.980	2.961	54.642	50.894
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	17,5%	18,2%	2,9%	0,0%	16,7%	17,1%
Rentabilidade Recorrente Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	17,9%	18,2%	1,9%	-0,6%	17,0%	17,1%

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

Indicadores por Ação	R\$ por ação		
	30/09/2017	30/09/2016	Evolução
Lucro Líquido da Controladora	0,87	0,85	0,0%
Lucro Líquido Recorrente da Controladora	0,89	0,85	0,0%
Valor Patrimonial da Controladora	6,91	6,47	0,1%
Dividendo/Juros sobre Capital Próprio Líquido de IR	0,21	0,20	0,0%
Preço da Ação PN ⁽¹⁾	10,97	8,40	0,3%
Capitalização de Mercado ⁽²⁾ - em R\$ milhões	81.986	62.188	0,3%

(1) Cotação média das ações preferenciais no último dia do período.



(2) Calculado com base na cotação média das ações preferenciais no último dia do período (cotação da ação PN média multiplicada pela quantidade de ações em circulação no final do período).

RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE

A fim de possibilitar adequada análise das demonstrações contábeis do período, apresentamos o lucro líquido com exclusão dos principais efeitos não recorrentes, líquidos dos respectivos efeitos fiscais, conforme segue:

	Em R\$ Milhões					
	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	01/01 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2016
Lucro Líquido	6.461	6.313	64	-	6.525	6.313
Inclusão / (exclusão) dos efeitos não recorrentes C= (A + B)	148	(4)	(21)	(13)	127	(17)
Decorrentes de participação acionária do Itaú Unibanco Holding (A)	160	9	-	-	160	9
Movimentação de Ações em Tesouraria	132	(43)	-	-	132	(43)
Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos	-	(4)	-	-	-	(4)
Provisão para Contingências Cíveis - Planos Econômicos	38	51	-	-	38	51
Provisão para Contingências Fiscais e Previdenciárias	16	2	-	-	16	2
Realização de Ativos e Redução ao Valor Recuperável	54	3	-	-	54	3
Alienação das Ações IRB	(58)	-	-	-	(58)	-
Outros	(22)	-	-	-	(22)	-
Decorrentes de participação acionária das demais empresas controladas (B)	(12)	(13)	(21)	(13)	(33)	(26)
Duratex	(12)	(7)	(21)	(13)	(33)	(20)
Elekeiroz	-	2	-	-	-	2
Itautec	-	(7)	-	-	-	(7)
Itausa Empreendimentos	-	(1)	-	-	-	(1)
Lucro Líquido Recorrente	6.609	6.309	43	(13)	6.652	6.296

INDICADORES DAS PRINCIPAIS EMPRESAS DO PORTFÓLIO ITAÚSA (janeiro a setembro)

	Janeiro a Setembro	Em R\$ Milhões				
		Setor Financeiro		Setores Não Financeiros		
			 (1)		 (2)	
Ativos Totais	2017	1.373.518	3.709	9.033	10.182	456
	2016	1.324.122	3.777	9.246	n.d	707
Receitas Operacionais ⁽³⁾	2017	147.822	1.667	2.888	3.092	719
	2016	155.529	2.006	2.881	n.d	585
Lucro Líquido	2017	18.418	234	100	1.348	23
	2016	17.271	171	1	n.d	(40)
Patrimônio Líquido (PL)	2017	131.410	2.241	4.678	4.286	135
	2016	121.942	1.985	4.571	n.d	415
Rentabilidade Anualizada sobre o PL Médio (%) ⁽⁴⁾	2017	20,2%	21,6%	2,9%	43,0%	26,1%
	2016	20,0%	17,4%	0,0%	n.d	-12,4%
Geração Interna de Recursos ⁽⁵⁾	2017	56.863	193	735	2.744	57
	2016	76.603	227	643	n.d	(17)
Participação acionária da Itaúsa ⁽⁶⁾	2017	37,41%	27,55%	36,41%	7,65%	96,49%
	2016	37,26%	n.d	35,57%	n.d	96,49%

(1) Com base nas Demonstrações Contábeis de 30 de Junho 2017.

(2) Informações não auditadas.

(3) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimento em Títulos e Derivativos, Receita de Prestação de Serviços, Resultados de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras

- Alpargatas, Duratex, Elekeiroz e NTS: vendas de produtos e serviços.

(4) Representa a relação entre o Lucro Líquido do período e o Patrimônio Líquido Médio ((set + jun + mar + dez'16)/4).

(5) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstrações do Fluxo de Caixa.

(6) Corresponde a participação direta e indireta no Capital das companhias.

Obs.: O Lucro Líquido, o Patrimônio Líquido e o ROE do Itaú Unibanco correspondem aos valores atribuíveis aos acionistas controladores.

Referem-se a 100% dos resultados das empresas do conglomerado.

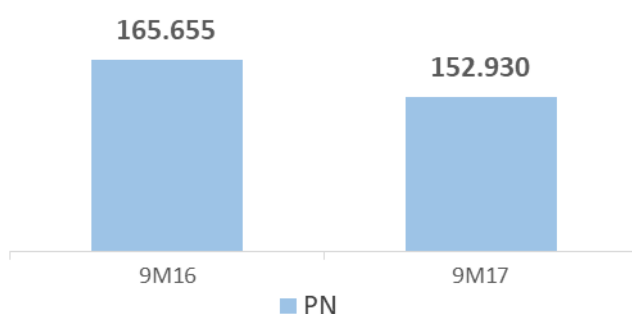
4) MERCADO DE CAPITAIS

Negociadas na B3, as ações preferenciais da Itaúsa (código ITSA4) encerraram o mês setembro de 2017 cotadas a R\$ 11,03, valorização de 33,1% em relação à cotação de encerramento de setembro de 2016.

Em 29.09.2017, a quantidade de acionistas pessoas físicas na Itaúsa era de 66.754, crescimento de 47,7% em relação a setembro de 2016.

O volume financeiro médio diário negociado das ações preferenciais (PN) nos primeiros nove meses de 2017 foi de R\$ 152,9 milhões, em comparação a R\$ 165,7 milhões no mesmo período do ano anterior, com 4.571 mil negócios (5.419 mil de janeiro a setembro de 2016).

Volume médio financeiro negociado – diário (R\$ mil)



Desconto Itaúsa

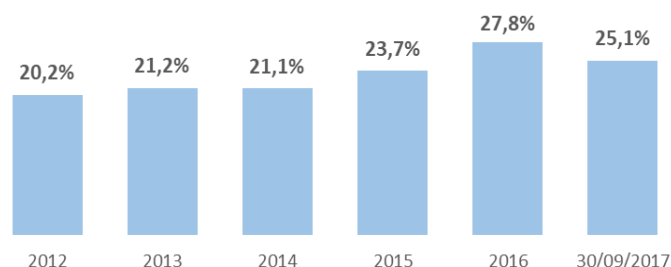
O desconto é um indicador da diferença entre a cotação de mercado das ações da Itaúsa e o valor teórico obtido quando somados os valores de mercado das partes que compõem os investimentos da holding. A Área de Relações com Investidores divulga mensalmente no site da Companhia

informativo sobre o desconto. Para receber essa informação, basta se cadastrar em: www.itausa.com.br.

Em 30.09.2017, as ações de Itaúsa eram negociadas com desconto de 25,1% em comparação a 24,3%, indicador observado ao final de setembro de 2016.

A capitalização de mercado ao final do período, com base no valor das ações mais líquidas (ITSA4), era de R\$ 81.986 milhões, alta de 31,8% sobre o ano anterior, enquanto o valor total de mercado da soma das participações nas empresas investidas atingiu R\$ 109.460 milhões.

Histórico Desconto Itaúsa



Reunião Pública - APIMEC

Em 26.09.2017, a Itaúsa realizou a 17ª reunião pública anual com investidores, analistas e o mercado, em parceria com a Apimec. O evento realizado no Hotel Unique em São Paulo – SP foi acompanhado por cerca de 340 participantes no local e também foi transmitido ao vivo pela internet.

5) PORTFÓLIO ITAÚSA



1 - Destaques

1.1 Eventos Societários

Programa de Recompra de Ações – O Conselho de Administração aprovou novo programa de recompra com início em setembro de 2017, autorizando a aquisição de até 60 milhões de ações ordinárias¹, e de até 39.155.000 de ações preferenciais, sendo que

as operações poderão ser efetuadas no período de 1º de setembro de 2017 a 26 de novembro de 2018.

No período de janeiro a setembro de 2017, foram adquiridas 37.982.900 ações preferenciais de emissão própria no montante total de R\$ 1,4 bilhão ao preço médio de R\$ 36,25 por ação².

¹ Até 31.793.134 de ações ordinárias e 39.155.000 de preferenciais, sem redução do valor do capital social, que equivalem, aproximadamente, a 10% das 317.962.080 ações ordinárias e 1,22% das 3.203.729.973 ações preferenciais em circulação no mercado, com data-base em 31 de julho de 2017.

2. Essas aquisições referem-se ao programa de recompra renovado pelo Conselho de Administração que aprovou o limite para aquisições de até 10,0 milhões de ações ordinárias e 50,0 milhões de ações preferenciais de emissão própria, conforme Fatos Relevantes publicados em 02/02/2016 e 25/05/2017, para os períodos de 03/02/2016 a 02/08/2017 e de 26/05/2017 a 26/11/2018 respectivamente. Valores de recompra incluem taxa de liquidação, corretagem e emolumentos.

Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) –

Como divulgado em 26 de setembro de 2017, o Itaú Unibanco pretende manter a prática de pagamento de dividendos e JCP de, no mínimo, 35% do lucro líquido recorrente e foi retirado o limite máximo de 45%, sendo que o valor total a ser distribuído a cada ano será fixado pelo Conselho de Administração do Banco, considerando-se, entre outros:

- o nível de capitalização da Companhia, conforme regras definidas pelo BACEN;
- o nível mínimo estabelecido pelo Conselho de Administração do Itaú Unibanco de 13,5% de capital nível 1;
- a lucratividade no ano;
- as perspectivas de utilização de capital em função do crescimento esperado dos negócios, programas de recompra de ações, fusões e aquisições, e alterações de mercado e regulatórias que possam alterar a exigência de capital;
- mudanças fiscais; e
- variações significativas nos ativos ponderados pelo risco (RWA¹).

1 RWA: Sigla em inglês para ativos ponderados pelo risco

Assim, o percentual a ser distribuído poderá flutuar ano a ano em função da lucratividade e demandas de capital da Companhia, sempre considerando o mínimo previsto no Estatuto Social.

Nos primeiros nove meses de 2017, foi pago ou provisionado R\$ 3,9 bilhões e destacado no Patrimônio Líquido R\$ 7,5 bilhões em Dividendos & JCP líquidos de impostos, totalizando R\$ 11,4 bilhões.

1.2 Aquisição e Alienação

IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A. (IRB) – Em agosto de 2017, no âmbito da Oferta Pública de Distribuição Secundária de ações ordinárias do IRB, a Itaú Seguros S.A reduziu sua participação de 14,7% para 11,1% do capital total do IRB e a Itaú Vida e Previdência S.A., que detinha 0,2% de participação, deixou de ser acionista. O Itaú Unibanco permaneceu no bloco de controle do IRB, nos termos do acordo de acionistas da sociedade.

Itaú CorpBanca – Em 15 de setembro de 2017, o Banco adquiriu 1,8 bilhão de ações do Itaú CorpBanca, pelo valor aproximado de R\$ 55,6 milhões, em decorrência do exercício pelo Corp Group de uma opção de vendas de ações prevista no acordo de acionistas do Itaú CorpBanca celebrado entre Itaú Unibanco e Corp Group em 1º de abril de 2016. Com isso, a participação do Itaú Unibanco passa de aproximadamente de 35,71% para cerca de 36,06%, sem alterações na governança do Itaú CorpBanca.

1.3 Evento Subsequente

Citibank – Em 26 de outubro de 2017, o Itaú Unibanco obteve a última das autorizações regulatórias necessárias junto ao BACEN para a aquisição dos negócios de varejo do Citibank no Brasil, sendo que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica havia aprovado a operação no dia 16 de agosto de 2017. A liquidação financeira da aquisição das operações ocorrerá da seguinte forma:

- Em 31 de outubro de 2017, ocorreu a liquidação das operações de varejo, sendo que o Itaú Unibanco passou a ser responsável por essas operações a partir da referida data;
- A liquidação financeira da aquisição das operações referentes ao segmento de pessoa física da Citibank Corretora e a correspondente transferência dessas operações serão realizadas posteriormente, em data a ser definida entre as partes;
- Após cumpridas as disposições previstas nos respectivos acordos de acionistas de tais empresas, ocorrerão as aquisições das participações societárias detidas pelo Citibank na TECBAN e na Cibrasec e as respectivas liquidações financeiras.

1.4 Índice Dow Jones de Sustentabilidade

Pelo 18º ano consecutivo, o Itaú Unibanco foi selecionado para compor o Dow Jones Sustainability World Index (DJSI), principal índice de sustentabilidade no mundo, em sua edição 2017/2018. O Itaú Unibanco é o único banco latino-americano a participar da composição do índice desde sua criação em 1999. Nesta nova edição obteve a melhor nota do setor bancário nos quesitos "Política/Medidas Anticrime"; "Estabilidade Financeira e Risco Sistêmico"; "Materialidade, Filantropia e Cidadania Corporativa", "Riscos e Oportunidades do Negócio", "Estratégia Climática" e "Reporte Social".

2 – IFRS

Os valores comentados a seguir, quando relacionados às informações contábeis, foram apurados de acordo com o IFRS (*International Financial Reporting Standards*).

3 - Desempenho

Resultados

No período de janeiro a setembro de 2017, o lucro líquido recorrente do Itaú Unibanco foi de R\$ 18,5 bilhões, com crescimento de 6,2% em relação ao mesmo período de 2016, e a rentabilidade anualizada sobre o patrimônio líquido médio foi de 20,3%.

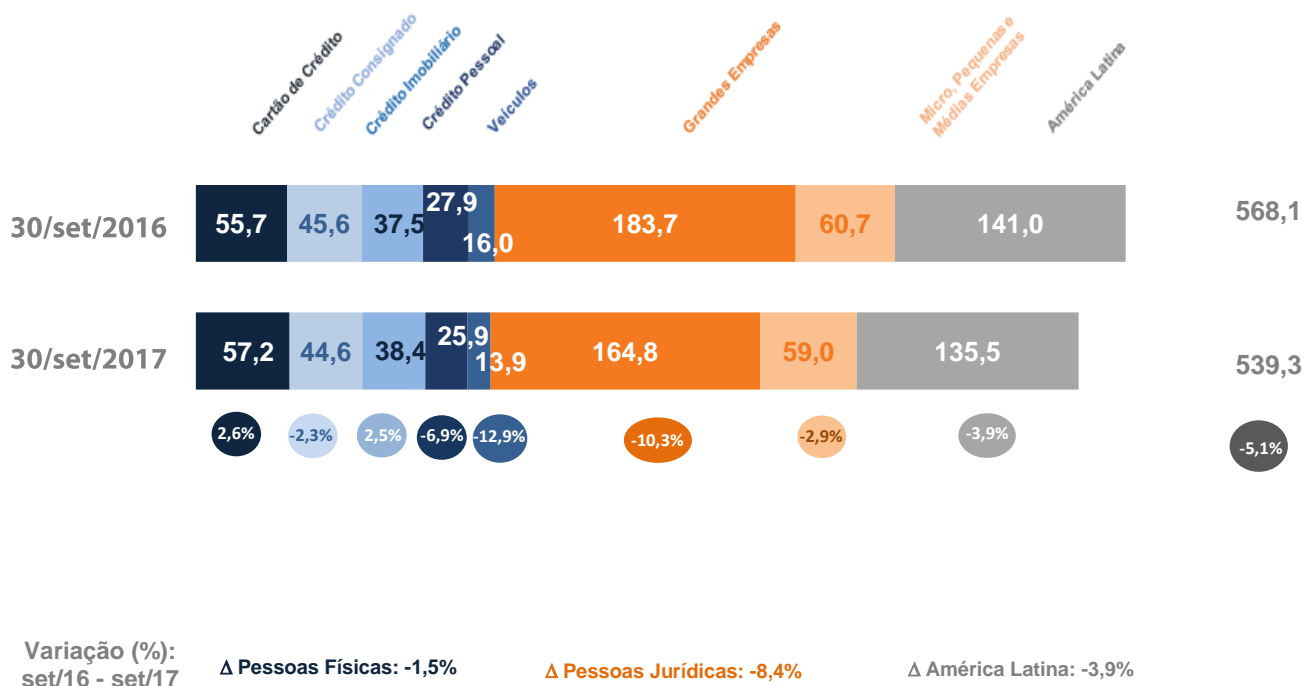
Ativos

O total de ativos consolidados atingiu R\$ 1,4 trilhão ao final de setembro de 2017, com aumento de 1,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Carteira de Crédito

Em 30 de setembro de 2017, o saldo da carteira de crédito, incluindo avais e fianças, atingiu R\$ 539,3 bilhões, uma redução de 5,1% em relação a 30 de setembro de 2016. Se considerarmos também os riscos de crédito que temos na modalidade de títulos privados, a redução seria de 5,0%.

Apresentamos abaixo a abertura da carteira, com avais e fianças, em 30 de setembro de 2017 e de 2016:



Inadimplência

A estratégia de redução de risco na concessão de crédito, iniciada em 2012, influenciou o índice de inadimplência, principalmente pela mudança para um perfil mais conservador da carteira do Itaú Unibanco:

- O índice de inadimplência total (operações em atraso há mais de 90 dias) alcançou 3,2% em 30

de setembro de 2017, redução de 0,7 p.p. em relação a 30 de setembro de 2016;

- Na carteira de clientes pessoas físicas, esse índice atingiu 4,5% ao final de setembro de 2017, redução de 0,5 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior; e
- Na carteira de clientes pessoas jurídicas, atingiu 1,9% ao final de setembro de 2017, redução de

1,0 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Captações

Os Recursos Próprios Livres, Captados e Administrados totalizaram R\$ 2,1 trilhões em 30 de setembro de 2017, aumento de 4,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os depósitos à vista somados aos de poupança aumentaram 3,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. A relação entre a Carteira de Crédito e a Captação atingiu 73,9% em 30 de setembro de 2017.

Capital

O Itaú Unibanco adota uma postura prospectiva no gerenciamento de capital, através das seguintes etapas: (i) identificação dos riscos materiais e avaliação da necessidade de capital adicional para esses riscos, (ii) elaboração do plano de capital, tanto em situações de normalidade quanto de estresse, (iii) estruturação do plano de contingência de capital, (iv) avaliação interna da adequação de capital e (v) elaboração de relatórios gerenciais.

Visando a garantir a solidez e disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios, os níveis de capital regulatório foram mantidos acima do exigido pelo BACEN, conforme evidenciado pelos Índices de Capital Principal, de Nível I e de Basileia. Para mais informações, consulte o relatório “Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3” no site de relações com investidores do Itaú Unibanco www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores>Governança Corporativa.

Ao final de setembro de 2017, o Índice de Basileia atingiu 19,5%, sendo: (i) 16,7% referente ao Capital de Nível I, que consiste no somatório do Capital Principal e do Capital Complementar; e (ii) 2,8% referente ao Capital de Nível II. Esses indicadores demonstram a capacidade efetiva de absorver perdas inesperadas.

O montante de instrumentos elegíveis a capital regulatório de Nível II alcançou R\$ 19,7 bilhões em 30 de setembro de 2017.

Liquidez

O indicador de liquidez de curto prazo (LCR – do inglês “Liquidity Coverage Ratio”) relaciona os ativos livres e de alta liquidez e as saídas (líquidas) no horizonte de 30 dias e é calculado de acordo com metodologia estabelecida pela Circular BACEN 3.749,

alinhada às diretrizes internacionais. Para 2017, o índice mínimo exigido pelo BACEN é de 80%, sendo que, no 3º trimestre desse ano, o indicador médio do Itaú Unibanco foi de 200,7%.



Os investimentos consolidados da Duratex no acumulado de nove meses de 2017 foram de R\$ 283,3 milhões. No terceiro trimestre do ano os investimentos foram de R\$ 86,5 milhões. Desse montante, no trimestre, R\$ 45,0 milhões foram destinados para manutenção fabril e R\$ 41,5 milhões de OPEX florestal. Esse resultado reforça o compromisso da Companhia na racionalização dos investimentos, visando otimizar a geração de caixa e sustentar suas operações. Para o ano de 2017, os investimentos devem representar R\$ 380,0 milhões dos quais R\$ 195 milhões para manutenção fabril e R\$ 185 para florestal.

Em linha com o propósito de oferecer “soluções para melhor viver”, em 28 de agosto de 2017 a Duratex anunciou o início do processo de aquisição da Ceusa, produtora nacional especializada em revestimentos cerâmicos, com 64 anos de história. A Ceusa possui capacidade de produção de 480 mil m²/mês e conta com 330 colaboradores. Seu modelo de negócio é baseado em inovação e alta qualidade em revestimentos cerâmicos, atributos que fazem parte dos negócios com as marcas Duratex, Durafloor, Deca e Hydra.

Resultados

A receita líquida no acumulado de 2017 totalizou R\$ 2.888,2 milhões, estável quando comparada com 2016 (+0,2%). No 3T17, a receita líquida foi de R\$ 1.019,5 milhões, 5,4% superior ao resultado do mesmo período de 2016, das quais R\$ 175,6 milhões oriundas do mercado externo, via exportações e operações na Duratex Colômbia. As receitas fora do Brasil representaram 17,2% do total. Impactou positivamente esse resultado o aumento dos volumes expedidos nas duas divisões de negócios, Deca e Madeira, decorrentes de um nível mais aquecido de demanda no mercado doméstico, além do êxito na implementação e sustentação de aumento de preços ao longo dos últimos meses. Em contrapartida, as operações na Colômbia apresentaram uma ligeira retração dos volumes expedidos, devido a um desaquecimento da economia local, impactando negativamente as operações nesse mercado.

A Duratex registrou nos nove meses de 2017 EBITDA ajustado e recorrente de R\$ 531,1 milhões, um incremento de 14,5% em relação ao mesmo período de 2016, e margem EBITDA de 18,4% ante 16,1% no mesmo período do ano anterior. No terceiro trimestre, o EBITDA ajustado e recorrente foi de R\$ 204,9 milhões, aumento de 10,2% comparado ao terceiro trimestre de 2016. A margem EBITDA recorrente atingiu 20,1% ante 19,2% no 3T16.

As operações da Duratex resultaram em um lucro líquido recorrente de R\$ 67,7 milhões nos nove meses de 2017 ante um prejuízo de R\$ 19,4 milhões no mesmo período de 2016. No terceiro trimestre do ano apresentou um lucro líquido recorrente de R\$ 52,2 milhões, ante R\$ 9,4 milhão no mesmo período em 2016.

O indicador de alavancagem no trimestre, mensurado pela relação entre Dívida Líquida e EBITDA, apresentou uma queda, passando de 2,89 vezes em 30 de junho de 2017 para 2,77 vezes em 30 de setembro de 2017, impactado principalmente pela geração de caixa, refletindo melhor rentabilidade das operações. Como fato subsequente, em 20 de outubro de 2017, a Companhia captou R\$ 500,0 milhões através da emissão de Notas Promissórias Comerciais. Os juros remuneratórios das notas promissórias comerciais são correspondentes a 104,5% da variação acumulada das taxas médias do DI, com liquidação de principal e juros em 19 de outubro de 2020. Os recursos líquidos obtidos com a emissão serão utilizados no âmbito dos negócios e da gestão ordinária da Companhia, para o reperfilamento de passivos financeiros e reforço do caixa. A Duratex avalia sistematicamente oportunidades para otimizar o perfil de sua dívida, visando alongamento de prazo e redução do custo financeiro.



Acordo de Acionistas

Em 20 de setembro de 2017 foi assinado Acordo de Acionistas entre Itaúsa e Cambuhy para compartilhamento do controle da Alpargatas. Nesse acordo foram definidas (i) regras de governança para o bloco de controle, (ii) composição do Conselho de Administração, (iii) composição da Diretoria, (iv) regras para eventual venda do bloco de controle (que não pode ocorrer antes de 10 anos), bem como (v) regras para exercício de direito de preferência, de venda conjunta (*tag along*), entre outras. O Acordo tem prazo de 20 anos, prorrogáveis automaticamente por mais 10 anos.

Nova Composição do Conselho de Administração (CA)

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 20 de setembro de 2017 foi definida nova composição do CA, com eleição dos membros efetivos, a saber: Alfredo Egidio Setubal (Itaúsa), Marcelo Pereira Lopes de Medeiros (bloco BW/Cambuhy), Pedro Moreira Salles (bloco BW/Cambuhy) e Rodolfo Villela Marino (Itaúsa) e permanência de João José Oliveira de Araújo e Silvio Tini de Araújo. Pedro Moreira Salles foi eleito Presidente do CA em reunião realizada em 06 de outubro de 2017.

Novos Comitês

Na RCA de 06 de outubro de 2017 foram criados três comitês de assessoramento, permanentes e não estatutários, bem como a aprovação dos seus respectivos regimentos internos, a saber: Comitê de Estratégia, Comitê de Gente e Comitê de Finanças.

Novos Membros do Conselho Fiscal, Criação do Comitê de Auditoria e Reforma do Estatuto Social

Em AGE realizada em 01 de novembro de 2017, foram eleitos novos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, sendo membros titulares Fernando Marques Cleto Duarte, Guilherme Tadeu Pereira Júnior, e Pedro Wagner Pereira Coelho; e suplentes Pedro Soares Melo, Renato Roberto Cuoco e João Costa.

Na mesma assembleia, foi deliberada a criação do Comitê de Auditoria, de caráter permanente e estatutário e a reforma do Estatuto Social.



A NTS é detentora de autorizações para operação de 2.050 km de gasodutos na região Sudeste e tem 100% da sua capacidade de transporte de 158,2 milhões de m³ por dia contratada com a Petróleo Brasileiro S.A. por meio de cinco contratos de longo prazo na modalidade firme ("ship-or-pay").

Dividendos e Juros

No terceiro trimestre de 2017, a Itaúsa recebeu dividendos e JCPs brutos, da participação detida na NTS, no montante de R\$ 59 milhões. No mesmo período, a receita de juros sobre as debêntures da NTS foi de R\$ 15 milhões. No acumulado do ano, os

dividendos/JCPs brutos recebidos totalizaram R\$ 115 milhões e a receita de juros sobre as debêntures, R\$ 30 milhões.

A performance da NTS está de acordo com as previsões e objetivos estabelecidos nos estudos de aquisição de participação.

Elekeiroz

Foram investidos R\$ 17 milhões nos primeiros nove meses de 2017, destinados à sustentação das operações.

Resultados

No acumulado dos nove meses de 2017, a Elekeiroz totalizou lucro líquido de R\$ 23,3 milhões, versus prejuízo de R\$ 40,3 milhões em 2016.

O resultado do ano de 2017 reflete a combinação de maiores volumes e destacado desempenho operacional, aliados à otimização da cadeia produtiva e à redução de custos e despesas, resultando assim na recuperação dos resultados, sendo este o quinto semestre de melhoria consecutiva.

A expedição de produtos de janeiro a setembro de 2017 foi 31% superior ao mesmo período de 2016, com crescimento de 44% na expedição dos produtos inorgânicos (responsáveis por 57% das vendas) e alta de 17% nos produtos orgânicos.

A receita líquida acumulada nos 9M17 foi de R\$ 719 milhões, com alta de 23% em relação a 2016, puxada pelo crescimento de 25% nas vendas internas.

O lucro bruto do acumulado de 2017 atingiu R\$ 105,0 milhões ante R\$ 26,9 milhões nos 9M16, evolução de 291%.

O EBITDA acumulado de 2017 foi R\$ 55,5 milhões, correspondente a 7,7% da receita líquida; em 2016 o

6) GESTÃO DE PESSOAS

O Conglomerado Itaúsa contava com cerca de 127 mil colaboradores ao final de setembro de 2017, incluindo aproximadamente 18 mil colaboradores em unidades no exterior e 73 pessoas dedicadas à realização das atividades próprias da Itaúsa.

A remuneração fixa do pessoal somada aos seus encargos e benefícios dos colaboradores do Conglomerado totalizou R\$ 12,5 bilhões de janeiro a setembro de 2017, com crescimento de 10,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

EBITDA do período havia sido negativo em R\$ 7,0 milhões (R\$ 3,9 milhões negativos recorrente).

Itautec

Resultados

No período relativo ao terceiro trimestre de 2017, a Itautec aderiu ao PERT (Programa Especial de Regularização Tributária), o que resultou em um impacto negativo no resultado de R\$ 10,9 milhões.

Parceria com a OKI Electric Industry Co. Ltd. ("Oki"): Em 11.01.2017, a Itautec exerceu a opção de venda (put option) das 763.740 ações da Oki Brasil Indústria e Comércio de Produtos e Tecnologia em Automação S.A. (Oki Brasil) pelo montante de R\$ 53,4 milhões recebidos da Oki; em consequência, a Itautec passou a deter 1.717.650 ações correspondente a 11,2% do capital da Oki Brasil.

Gestão Operacional: a Itautec continua honrando os contratos de garantia e manutenção de equipamentos relativos à marca Itautec/Infoway, não acarretando qualquer inconveniente a seus clientes.

7) AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM nº 381

Procedimentos adotados pela Sociedade

A política de atuação da Itaúsa e empresas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos auditores independentes fundamenta-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14.01.2003, a Itaúsa e suas controladas informam que no período de janeiro a setembro de 2017, a BDO não prestou outros serviços que não sejam de auditoria externa.

Adicionalmente, decidimos aplicar as determinações desta Instrução às contratações de serviços não relacionados à auditoria externa prestados pela PwC. No período de janeiro a setembro de 2017, foram prestados os seguintes serviços:

- 02 de fevereiro - revisão da Escrituração Contábil Fiscal;
- 06 de fevereiro, 15 de março, 02 de maio, 16 de maio e 29 de setembro – pesquisas, materiais técnicos e treinamentos;
- 02 de março - revisão da aderência dos normativos relativos a preço de transferência;
- 01 de agosto – emissão de relatório sobre a liquidação de imposto de renda.

Justificativa dos Auditores Independentes – PwC

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados à Itaúsa e suas controladas. A política de atuação com a Itaúsa na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente, e todos foram observados na prestação dos referidos serviços.

8) AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos acionistas e clientes pela confiança a nós dispensada, a quem procuramos retribuir sempre com a obtenção de resultados diferenciados em relação ao mercado e com a oferta de produtos e serviços de qualidade, e aos nossos colaboradores, pelo talento com que têm contribuído para garantir o crescimento sustentável dos negócios.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Henri Penchas

Vice-Presidentes

Alfredo Egydio Setubal

Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela

Conselheiros

Paulo Setubal

Rodolfo Villela Marino

Walter Mendes de Oliveira Filho

Conselheiros Suplentes

Henrique Andrade Trinckquel

Ricardo Egydio Setubal

Ricardo Villela Marino

CONSELHO FISCAL

Presidente

Tereza Cristina Grossi Togni

Conselheiros

Alexandre Barenco Ribeiro

Flavio César Maia Luz

José Maria Rabelo

Paulo Ricardo Moraes Amaral

Conselheiros Suplentes respectivos

José Roberto Brant de Carvalho

Dulcideo Lavoisier de Oliveira Peres

Felício Cintra do Prado Júnior

Isaac Berensztein

João Costa

DIRETORIA

Diretor Presidente

Alfredo Egydio Setubal (*)

Diretores Vice-Presidentes

Roberto Egydio Setubal

Rodolfo Villela Marino

(*) *Diretor de Relações com Investidores*

Contador

Ricardo Jorge Porto de Sousa

CRC 1SP 185.916/O-8

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**Balanco Patrimonial Consolidado***(Em milhões de Reais)*

ATIVO	NOTA	30/09/2017	31/12/2016
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	1.096	2.434
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	4	125	310
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	5	931	-
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	6	445	-
Clientes	7	1.015	934
Outros Ativos Financeiros	8a	829	1.423
Estoques	9	915	907
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	10 Ila	50.152	45.062
Imobilizado, Líquido	11	3.641	3.742
Ativos Intangíveis, Líquidos	12	976	997
Ativos Biológicos	13	1.621	1.529
Ativos Fiscais		1.398	1.597
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar		195	550
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	14b	1.108	961
Outros		95	86
Outros Ativos Não Financeiros	8a	71	85
TOTAL DO ATIVO		63.215	59.020

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	30/09/2017	31/12/2016
Passivo			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		1.050	2.032
Empréstimos e Financiamentos	15	3.443	3.712
Debêntures	16	1.242	-
Provisões	17	1.189	996
Obrigações Fiscais		585	863
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		40	44
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	14b	480	496
Outras		65	323
Outros Passivos	8b	1.064	738
Total do Passivo		8.573	8.341
Patrimônio Líquido			
Capital Social	18a	37.145	36.405
Ações em Tesouraria	18b	-	(204)
Reservas	18d	15.674	13.077
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(1.157)	(1.549)
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		51.662	47.729
Participações de Acionistas não Controladores		2.980	2.950
Total do Patrimônio Líquido		54.642	50.679
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		63.215	59.020

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Demonstração Consolidada do Resultado

(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

	NOTA	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016
Receita Líquida de Vendas de Produtos e Serviços	20	1.290	3.607	1.162	3.472
Custo dos Produtos e Serviços	21	(945)	(2.726)	(884)	(2.703)
Despesa com Vendas	21	(184)	(506)	(157)	(466)
Despesas Gerais e Administrativas	21	(83)	(232)	(83)	(229)
Outros Resultados Operacionais	22	79	182	54	31
Despesas Tributárias		(47)	(306)	(39)	(202)
Resultado Financeiro	23	(27)	(132)	(48)	(140)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	10 Ila	2.286	6.720	2.090	6.456
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		2.369	6.607	2.095	6.219
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	14a	(110)	(278)	(82)	(209)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	14b	144	196	120	303
Lucro Líquido		2.403	6.525	2.133	6.313
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores		2.350	6.461	2.114	6.313
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores		53	64	19	-
Lucro por Ação - Básico e Diluído	24				
Ordinárias		0,31	0,87	0,29	0,85
Preferenciais		0,31	0,87	0,29	0,85
Média ponderada quantidade de ações em circulação - Básica e Diluída					
Ordinárias		2.823.483.724	2.825.648.563	2.828.112.054	2.845.991.387
Preferenciais		4.650.146.149	4.616.826.336	4.575.176.570	4.575.176.570

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente

(Em milhões de Reais)

	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016
Lucro Líquido	2.403	6.525	2.133	6.313
Outros Resultados Abrangentes	283	392	17	(367)
Itens que serão Reclassificados para o Resultado	280	411	17	(366)
Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto, líquido dos impostos	281	409	15	(351)
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, Hedge e Variação Cambial de Investimentos no Exterior	281	409	15	(351)
Participação em Subsidiárias, líquido dos impostos	(1)	2	2	(15)
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	(1)	2	2	(15)
Itens que não serão Reclassificados para o Resultado	3	(19)	-	(1)
Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto, líquido dos impostos	3	(19)	-	(1)
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego	3	(19)	-	(1)
Total do Resultado Abrangente	2.686	6.917	2.150	5.946
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas Controladores	2.633	6.853	2.131	5.946
Resultado Abrangente Atribuível aos Acionistas não Controladores	53	64	19	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

(Em milhões de Reais)

	Nota	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					
Lucro Líquido Ajustado		309	581	249	461
Lucro Líquido		2.403	6.525	2.133	6.313
Ajustes ao Lucro Líquido:		(2.094)	(5.944)	(1.884)	(5.852)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	10 IIa	(2.286)	(6.720)	(2.090)	(6.456)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(144)	(196)	(120)	(303)
Provisões para Passivos Contingentes	17b	51	173	50	126
Juros, Variações Cambiais e Monetárias Líquidas		116	370	128	356
Depreciação, Amortização e Exaustão		152	442	157	441
Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	13c	(40)	(121)	(39)	(115)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7	3	11	5	15
Outros		54	97	25	84
Variações nos Ativos e Passivos		394	213	(65)	115
(Aumento) Redução em Ativos Financeiros		439	211	(5)	(18)
(Aumento) Redução em Contas a Receber de Clientes		(86)	(153)	13	44
(Aumento) Redução em Estoques		63	(6)	4	21
Redução em Ativos Fiscais		34	370	8	178
(Aumento) Redução em Demais Ativos		(218)	(33)	440	523
Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais		(29)	(265)	13	(37)
Aumento (Redução) em Demais Passivos		191	89	(538)	(596)
Outros		(72)	(221)	(138)	(275)
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(4)	(16)	(2)	(11)
Juros Pagos sobre Empréstimos e Financiamentos		(68)	(205)	(136)	(264)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais		631	573	46	301
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento					
Aquisição de Investimentos		(1.825)	(2.977)	(44)	(131)
Venda de Investimentos		-	2	-	-
Recebimento de Juros sobre Debêntures		9	21	-	-
Aquisição de Imobilizado de Uso, Intangível e Ativos Biológicos		(94)	(304)	(96)	(303)
Venda de Imobilizado de Uso, Intangível e Ativos Biológicos		-	53	-	-
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos		985	3.826	845	2.726
Recebimento de Precatório		9	9	-	-
Caixa Líquido (Aplicado) Gerado nas Atividades de Investimento		(916)	630	705	2.292
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento					
Integralização de Capital		-	68	-	20
Aquisição de Ações para Tesouraria	18b	-	(449)	(204)	(204)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos pagos		(631)	(3.078)	(628)	(2.789)
Ingresso de Empréstimos e Financiamentos		223	239	297	1.156
Amortização de Empréstimos e Financiamentos		(141)	(521)	(133)	(478)
Emissão de Debêntures		-	1.200	-	-
Amortização de Debêntures		-	-	(145)	(153)
Pagamento aos Acionistas Dissidentes		-	-	-	(18)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento		(549)	(2.541)	(813)	(2.466)
Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa					
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		(834)	(1.338)	(62)	127
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	3	1.931	2.434	2.356	2.174
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa		(1)	-	1	(6)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	3	1.096	1.096	2.295	2.295

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Demonstração Consolidada do Valor Adicionado

(Em milhões de Reais)

	01/07 a 30/09/2017	%	01/01 a 30/09/2017	%	01/07 a 30/09/2016	%	01/01 a 30/09/2016	%
Receitas	1.689		4.657		1.504		4.411	
Vendas de Produtos e Serviços	1.619		4.531		1.457		4.356	
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(3)		(11)		(5)		(15)	
Outras Receitas	73		137		52		70	
Insumos Adquiridos de Terceiros	(1.075)		(3.036)		(939)		(2.838)	
Custos dos Produtos e Serviços	(869)		(2.508)		(782)		(2.326)	
Materiais, Energia, Serviços Terceiros e Outros	(206)		(528)		(157)		(512)	
Valor Adicionado Bruto	614		1.621		565		1.573	
Depreciação, Amortização e Exaustão	(152)		(442)		(157)		(441)	
Valor Adicionado Líquido Produzido	462		1.179		408		1.132	
Valor Adicionado Recebido em Transferência	2.462		7.158		2.197		6.770	
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	2.286		6.720		2.090		6.456	
Receitas Financeiras	114		316		102		295	
Outras Receitas	62		122		5		19	
Valor Adicionado Total a Distribuir	2.924		8.337		2.605		7.902	
Distribuição do Valor Adicionado	2.924	100,00%	8.337	100,00%	2.605	100,00%	7.902	100,00%
Pessoal	214	7,32%	619	7,42%	202	7,75%	610	7,72%
Remuneração Direta	172		496		159		487	
Benefícios	31		90		31		89	
F.G.T.S.	11		32		11		33	
Outros	-		1		1		1	
Impostos, Taxas e Contribuições	179	6,12%	767	9,20%	121	4,64%	559	7,07%
Federais	158		729		104		412	
Estaduais	14		24		14		137	
Municipais	7		14		3		10	
Remuneração de Capitais de Terceiros	128	4,38%	426	5,11%	149	5,72%	420	5,32%
Juros	127		423		149		420	
Aluguéis	1		3		-		-	
Remuneração de Capital Próprio	2.403	82,18%	6.525	78,27%	2.133	81,89%	6.313	79,89%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos/Provisionados	637		1.746		572		1.706	
Lucros Retidos do Período	1.713		4.715		1.542		4.607	
Participação dos Acionistas Não Controladores nos Lucros Retidos	53		64		19		-	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Balço Patrimonial Individual

(Em milhões de Reais)

ATIVO	NOTA	30/09/2017	31/12/2016
Caixa e Equivalentes de Caixa		77	666
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		76	310
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	5	931	-
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	6	445	-
Outros Ativos Financeiros		445	1.040
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		409	1.006
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências		36	34
Investimentos em Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	10 Ic	52.311	47.138
Imobilizado, Líquido		86	85
Ativos Intangíveis, Líquidos		460	460
Ativos Fiscais		952	1.168
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar		117	483
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		833	683
Outros Tributos a Compensar		2	2
Outros Ativos		5	6
TOTAL DO ATIVO		55.788	50.873

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	30/09/2017	31/12/2016
Passivo			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		1.049	2.028
Empréstimos e Financiamentos		501	-
Debêntures	16	1.242	-
Provisões		1.044	821
Obrigações Fiscais		40	290
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		5	4
Outras		35	286
Outros Passivos		250	5
Total do Passivo		4.126	3.144
Patrimônio Líquido			
Capital Social	18a	37.145	36.405
Ações em Tesouraria	18b	-	(204)
Reservas	18d	15.674	13.077
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(1.157)	(1.549)
Total do Patrimônio Líquido		51.662	47.729
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		55.788	50.873

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Demonstração do Resultado Individual

(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

	NOTA	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016
Resultado Financeiro		(5)	-	15	51
Outras Receitas		61	122	9	16
Despesas Gerais e Administrativas		(19)	(42)	(10)	(30)
Despesas Tributárias		(45)	(303)	(39)	(200)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	10 I c	2.319	6.761	2.094	6.409
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		2.311	6.538	2.069	6.246
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(85)	(226)	(63)	(137)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		124	149	108	204
Lucro Líquido		2.350	6.461	2.114	6.313
Lucro Por Ação - Básico e Diluído	24				
Ordinárias		0,31	0,87	0,29	0,85
Preferenciais		0,31	0,87	0,29	0,85
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Básica e Diluída					
Ordinárias		2.823.483.724	2.825.648.563	2.828.112.054	2.845.991.387
Preferenciais		4.650.146.149	4.616.826.336	4.575.176.570	4.575.176.570

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente Individual

(Em milhões de Reais)

	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016
Lucro Líquido	2.350	6.461	2.114	6.313
Outros Resultados Abrangentes	283	392	17	(367)
Itens que serão Reclassificados para o Resultado	280	411	17	(366)
Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto, líquido dos impostos	281	409	15	(351)
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, Hedge e Variação Cambial de Investimentos no Exterior	281	409	15	(351)
Participação em Subsidiárias, líquido dos impostos	(1)	2	2	(15)
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	(1)	2	2	(15)
Itens que não serão Reclassificados para o Resultado	3	(19)	-	(1)
Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto, líquido dos impostos	3	(19)	-	(1)
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego	3	(19)	-	(1)
Total do Resultado Abrangente	2.633	6.853	2.131	5.946

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Nota 18)

(Em milhões de Reais)

	Atribuído à Participação dos Acionistas Controladores						Total do Patrimônio Líquido		Total	
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reservas Integralizadas de Capital e de Lucros	Reservas a Integralizar	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Acionistas Controladores		Acionistas não Controladores
Saldo em 01/01/2016	32.325	(33)	7.233	5.390	718	-	(786)	44.847	3.024	47.871
Transações com os Acionistas	4.080	(171)	(4.113)	-	(718)	(1.706)	-	(2.628)	(63)	(2.691)
Ações em Tesouraria	-	(204)	-	-	-	-	-	(204)	-	(204)
Cancelamento de Ações em Tesouraria	-	33	(33)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital com Reservas	4.080	-	(4.080)	-	-	-	-	-	-	-
Redução de Participação de Acionistas Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(63)	(63)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(1.706)	-	(1.706)	-	(1.706)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2016 - Exercício 2015	-	-	-	-	(718)	-	-	(718)	-	(718)
Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	-	-	(232)	-	-	-	-	(232)	-	(232)
Integralização de Reservas	-	-	5.390	(5.390)	-	-	-	-	-	-
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	6.313	(367)	5.946	-	5.946
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	6.313	-	6.313	-	6.313
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	(367)	(367)	-	(367)
Destinações:										
Reserva Legal	-	-	316	-	-	(316)	-	-	-	-
Reservas a Integralizar	-	-	-	4.291	-	(4.291)	-	-	-	-
Saldo em 30/09/2016	36.405	(204)	8.594	4.291	-	-	(1.153)	47.933	2.961	50.894
Mutações do Período	4.080	(171)	1.361	(1.099)	(718)	-	(367)	3.086	(63)	3.023
Saldo em 01/01/2017	36.405	(204)	8.350	3.485	1.242	-	(1.549)	47.729	2.950	50.679
Transações com os Acionistas	740	204	(652)	-	(1.242)	(1.746)	-	(2.696)	(34)	(2.730)
Subscrição e Integralização de Capital	740	-	-	-	-	-	-	740	-	740
Ágio na Emissão de Ações	-	-	1	-	-	-	-	1	-	1
Ações em Tesouraria	-	(449)	-	-	-	-	-	(449)	-	(449)
Cancelamento de Ações em Tesouraria	-	653	(653)	-	-	-	-	-	-	-
Redução de Participação de Acionistas Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(34)	(34)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(1.746)	-	(1.746)	-	(1.746)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2017 - Exercício 2016	-	-	-	-	(1.242)	-	-	(1.242)	-	(1.242)
Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	-	-	(224)	-	-	-	-	(224)	-	(224)
Integralização de Reservas	-	-	3.485	(3.485)	-	-	-	-	-	-
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	6.461	392	6.853	64	6.917
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	6.461	-	6.461	64	6.525
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	392	392	-	392
Destinações:										
Reserva Legal	-	-	323	-	-	(323)	-	-	-	-
Reservas a Integralizar	-	-	-	4.392	-	(4.392)	-	-	-	-
Saldo em 30/09/2017	37.145	-	11.282	4.392	-	-	(1.157)	51.662	2.980	54.642
Mutações do Período	740	204	2.932	907	(1.242)	-	392	3.933	30	3.963

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração dos Fluxos de Caixa Individual
(Em milhões de Reais)

	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro Líquido Ajustado	2	(192)	(30)	(156)
Lucro Líquido	2.350	6.461	2.114	6.313
Ajustes ao Lucro Líquido:	(2.348)	(6.653)	(2.144)	(6.469)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	(2.319)	(6.761)	(2.094)	(6.409)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(124)	(149)	(108)	(204)
Provisão para Passivos Contingentes	57	166	45	105
Variações Monetárias Líquidas	38	89	12	37
Depreciação e Amortização	-	2	1	2
Variações nos Ativos e Passivos	455	441	44	190
(Aumento) Redução em Ativos Financeiros	439	211	(6)	(18)
(Aumento) Redução em Ativos Fiscais	34	366	(25)	29
Redução em Demais Ativos	104	341	138	314
Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais	(47)	(251)	11	39
Redução em Demais Passivos	(75)	(226)	(74)	(174)
Outros	-	(2)	-	-
Juros Pagos sobre Empréstimos e Financiamentos	-	(2)	-	-
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	457	247	14	34
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Aumento de Capital em Subsidiária	-	-	-	(1)
Aquisição de Investimentos	(1.775)	(2.927)	-	-
Venda de Investimentos	-	2	-	-
Aquisição de Imobilizado e Intangível	(2)	(4)	-	(4)
Recebimento de Juros sobre Debêntures	9	21	-	-
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos	986	3.829	845	2.746
Caixa Líquido (Aplicado) Gerado nas Atividades de Investimento	(782)	921	845	2.741
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Integralização de Capital	-	68	-	-
Operação de Mútuo	299	498	-	-
Amortização de Operação de Mútuo	-	(200)	-	-
Emissão de Debêntures	-	1.200	-	-
Ingresso de Empréstimos e Financiamentos	200	200	-	-
Aquisição de Ações para Tesouraria	-	(449)	(204)	(204)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Pagos	(631)	(3.074)	(628)	(2.703)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento	(132)	(1.757)	(832)	(2.907)
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	(457)	(589)	27	(132)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	534	666	643	802
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	77	77	670	670

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração do Valor Adicionado Individual
(Em milhões de Reais)

	01/07 a 30/09/2017	%	01/01 a 30/09/2017	%	01/07 a 30/09/2016	%	01/01 a 30/09/2016	%
Insumos Adquiridos de Terceiros	(21)		(42)		(6)		(22)	
Serviços de Terceiros	(13)		(31)		(5)		(13)	
Outros	(8)		(11)		(1)		(9)	
Convênio de Rateio de Custo Comum	-		-		-		(3)	
Outros	(8)		(11)		(1)		(6)	
Valor Adicionado Bruto	(21)		(42)		(6)		(22)	
Depreciação e Amortização	-		(2)		(1)		(2)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	(21)		(44)		(7)		(24)	
Valor Adicionado Recebido em Transferência	2.422		7.002		2.138		6.536	
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	2.319		6.761		2.094		6.409	
Receitas Financeiras	40		117		35		111	
Outras Receitas	63		124		9		16	
Valor Adicionado Total a Distribuir	2.401		6.958		2.131		6.512	
Distribuição do Valor Adicionado	2.401	100,00%	6.958	100,00%	2.131	100,00%	6.512	100,00%
Pessoal - Remuneração Direta	1	0,04%	5	0,07%	2	0,09%	5	0,08%
Impostos, Taxas e Contribuições Federais	10	0,42%	385	5,53%	(5)	-0,23%	134	2,06%
Remuneração de Capitais de Terceiros - Juros	40	1,67%	107	1,54%	20	0,94%	60	0,92%
Remuneração do Capital Próprio	2.350	97,87%	6.461	92,86%	2.114	99,20%	6.313	96,94%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	637		1.746		572		1.706	
Lucros Retidos do Período	1.713		4.715		1.542		4.607	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 30 de setembro de 2017

(Em milhões de Reais, exceto quando divulgado de outra forma)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (“ITAÚSA”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 Jabaquara, Torre Olavo Setubal, na cidade de São Paulo, SP, Brasil.

A ITAÚSA tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participa, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas, mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da posição no mercado de capitais e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

Por intermédio de suas controladas, controladas em conjunto e outros investimentos, a ITAÚSA participa dos mercados de serviços financeiros (Itaú Unibanco Holding), painéis de madeira, louças, metais sanitários e chuveiros elétricos (Duratex), calçados, artigos de vestuário e artigos esportivos (Alpargatas), transporte de gás (Nova Transporte do Sudeste – NTS), tecnologia da informação (Itautec) e produtos químicos (Elekeiroz) – conforme demonstrado na Nota 27 “Informações por Segmento”.

A ITAÚSA é uma holding controlada pela família Egydio de Souza Aranha que detém 63,26% das ações ordinárias e 16,97% das ações preferenciais, 34,45% do total.

O responsável pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da ITAÚSA é o Conselho Fiscal.

Estas Demonstrações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da ITAÚSA – Investimentos Itaú S.A. em 06 de novembro de 2017.

NOTA 2 – POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão descritas abaixo.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa e suas controladas (ITAÚSA CONSOLIDADO) foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são apresentadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo da aplicação das políticas contábeis da ITAÚSA e de suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas estão divulgadas na Nota 2.3.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos dos IFRS e vice-versa, observando que, em geral, a adoção antecipada de revisões ou novos IFRSs não estão disponíveis no Brasil.

2.2 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 30 de setembro de 2017

Não houve novos pronunciamentos contábeis para o período findo em 30 de setembro de 2017.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis e não foram adotados antecipadamente:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – o pronunciamento visa a substituir o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 é aplicável a instrumentos financeiros e será adotada de forma retrospectiva na data de entrada em vigor da norma em 1º de janeiro de 2018. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros; (II) redução ao valor recuperável (*impairment*) e (III) contabilização de cobertura (*hedge accounting*). Dentre as diversas alterações, consideramos que os itens abaixo podem apresentar maiores impactos:
 - (I) Classificação e mensuração de ativos financeiros: dois critérios devem ser considerados para determinar a classificação dos ativos financeiros, sendo o primeiro o modelo de negócios da entidade na gestão de seus ativos financeiros e o segundo as características do fluxo de caixa contratual dos ativos financeiros;
 - (II) Redução ao valor recuperável (*impairment*): A nova norma traz o conceito de perda esperada e classificação em três estágios;

(III) Contabilização de cobertura (*hedge accounting*): Os requisitos para contabilização de cobertura (*hedge accounting*) estão diretamente relacionados com a gestão de risco e têm aplicação prospectiva.

A Itaúsa e suas controladas, bem como suas controladas em conjunto, estão em processo de implantação da IFRS 9 e os possíveis impactos decorrentes de sua adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma. Cabe destacar que a adoção do conceito de perda esperada frente ao conceito de perda incorrida deve apresentar incremento na provisão de crédito de liquidação duvidosa em decorrência da antecipação do reconhecimento de perdas.

- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes: O pronunciamento substitui a IAS 18 e IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018. Não foram identificados impactos relevantes na adoção dessa norma para as demonstrações contábeis da ITAÚSA até o presente momento.
- Alteração da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em coligada e empreendimentos controlado em conjunto (*joint venture*) - As alterações referem a uma inconsistência entre as exigências do IFRS 10 e IAS 28 (2011), ao tratar de venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*). Data de vigência ainda não definida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis da ITAÚSA.
- IFRS 16 – Arrendamentos: O pronunciamento substitui a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma para as demonstrações contábeis da ITAÚSA estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a ITAÚSA e suas controladas.

2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em conformidade com os CPCs exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações contábeis consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua e consideram a experiência passada e outros fatores.

As demonstrações contábeis incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Conforme explicado na Nota 2.4m, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação as diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a ITAÚSA e suas controladas irão gerar lucro tributável futuro para sua realização. A realização esperada do crédito tributário da ITAÚSA e de suas controladas é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 14. O montante de ativo fiscal diferido em 30/09/2017 era de R\$ 1.108 (R\$ 961 em 31/12/2016).

b) Valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos

O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da administração da ITAÚSA e suas controladas com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

A ITAÚSA e suas controladas classificam as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos dados usados no processo de mensuração. Há três níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 29.

A ITAÚSA e suas controladas acreditam que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado, no entanto, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias utilizadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros também são descritas em detalhes na Nota 29.

c) Provisões, Ativos e Passivos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas revisam periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 17.

O valor contábil dessas provisões em 30/09/2017 era de R\$ 1.240 (R\$ 1.041 em 31/12/2016).

d) Risco de variação do valor justo dos ativos biológicos

Foram adotadas várias estimativas para avaliar as reservas florestais de acordo com a metodologia estabelecida pelo CPC 29 / IAS 41 – “Ativo biológico e produto agrícola”. Essas estimativas foram baseadas em referências de mercado, as quais estão sujeitas a mudanças de cenário que poderão impactar as informações contábeis consolidadas. Nesse sentido, uma queda de 5% nos preços de mercado da madeira em pé provocaria uma redução do valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 52, líquido dos efeitos tributários. Caso a taxa de desconto apresentasse uma elevação de 0,5%, provocaria uma redução no valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 9, líquido dos efeitos tributários.

As metodologias utilizadas para avaliar o valor justo de ativos biológicos também são descritas em detalhes na Nota 13.

e) Benefícios de planos de previdência

O valor atual dos ativos relacionados a planos de previdência depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas (Nota 26b). Entre essas premissas usadas na determinação dos valores está a taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

f) Perda (impairment) estimada do ágio

A ITAÚSA e suas controladas testam anualmente ou se houver algum indicador a qualquer tempo, eventuais perdas no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na nota 2.4j. O saldo poderá ser impactado por mudanças no cenário econômico ou mercadológico.

2.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) CONSOLIDAÇÃO

I. Subsidiárias

De acordo com o CPC 36 / IAS 27 – “Demonstrações Consolidadas”, as subsidiárias são entidades nas quais a ITAÚSA possui controle. A ITAÚSA controla uma entidade quando está exposta a, ou possui direitos a, seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos.

A tabela a seguir apresenta as entidades sob controle conjunto da ITAÚSA que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nestas demonstrações contábeis e as subsidiárias consolidadas integralmente.

	Pais de constituição	Atividade	Porcentagem do capital em 30/09/2017	Porcentagem do capital em 31/12/2016
Joint Ventures				
Itaú Unibanco Holding S.A.	Brasil	Holding/Instituição Financeira	37,41%	37,36%
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Brasil	Holding	66,53%	66,53%
Alpargatas S.A.	Brasil	Calçados, Vestuários e Artigos Esportivos	27,55%	-
Consolidação Integral				
Duratex S.A.	Brasil	Madeira, Louças e Metais Sanitários	36,41%	35,53%
Elekeiroz S.A.	Brasil	Produtos Químicos	96,60%	96,60%
Itaúsa Empreendimentos S.A.	Brasil	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%
Itautec S.A.	Brasil	Tecnologia da Informação	98,93%	97,80%
ITH Zux Cayman Ltd.	Ilhas Cayman	Holding	100,00%	100,00%
RT Diamond Multimercado Crédito Privado Fundo de Investimento	Brasil	Fundo de Investimentos Exclusivo	100,00%	100,00%

II. Combinação de Negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com o CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios” somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com o CPC 15 / IFRS 3, um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em um conjunto integrado de atividades e ativos que é capaz de ser conduzido e administrado com a finalidade de oferecer um retorno, na forma de dividendos, custos mais baixos ou outros benefícios econômicos, diretamente aos investidores ou outros sócios, membros ou participantes. Se existe ágio em um conjunto de atividades e de ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem a definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida.

O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionados os custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como ágio.

O tratamento do ágio é descrito na Nota 2.4 j. Se o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

III. Transações com acionistas não controladores

O CPC 36 / IAS 27 – “Demonstrações Consolidadas” determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em alteração de controle, são contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

b) CONVERSÃO DE MOEDAS ESTRANGEIRAS

I. Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da ITAÚSA e suas controladas estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para cada investimento detido, a ITAÚSA e suas controladas definiram a moeda funcional, conforme previsto no CPC 02 / IAS 21 - “Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis”.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço;
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal;
- Ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Outros resultados abrangentes.

II. Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como resultado financeiro.

No caso de ativos monetários classificados como disponíveis para venda, as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em Outros resultados abrangentes até o desreconhecimento ou redução ao valor recuperável.

c) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A ITAÚSA e suas controladas definem como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos), Aplicações e Ativos Financeiros com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 3.

d) ATIVOS FINANCEIROS

I. Classificação

A ITAÚSA e suas controladas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, dependendo da finalidade para o qual foram adquiridos. As classificações utilizadas são: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor Justo Através do Resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação.

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo e são classificados no ativo circulante.

(b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a entidade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento, exceto quando designados, no reconhecimento inicial, pelo valor justo através do resultado.

(c) Empréstimos e Recebíveis

São ativos financeiros não derivativos que não são cotados em um mercado ativo e que possuem pagamentos fixos ou determináveis. Os ativos financeiros reconhecidos pela ITAÚSA e suas controladas nessa categoria de instrumentos financeiros são principalmente: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e títulos e valores mobiliários.

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores.

II. Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que a ITAÚSA e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, são reconhecidas na conta "Outros Resultados Abrangentes" no patrimônio líquido.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado Financeiro".

Os dividendos de ativos financeiros disponíveis para venda, como os investimentos em ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da ITAÚSA e suas controladas de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a ITAÚSA e suas controladas estabelecem o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria da ITAÚSA e suas controladas.

III. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

IV. Impairment de ativos financeiros

(i) Ativos mensurados ao custo amortizado

A ITAÚSA e suas controladas avaliam na data de cada período do relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do devedor, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- mudanças adversas na situação do pagamento dos devedores na carteira;
- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se uma conta a receber ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a ITAÚSA e suas controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(ii) Ativos Classificados como Disponíveis para Venda

A ITAÚSA e suas controladas avaliam na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos da dívida, a Itaúsa e suas controladas utiliza os critérios mencionados em (I) acima.

No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido, a reversão dessa perda é reconhecida na demonstração de resultado.

e) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS E ATIVIDADES DE HEDGE

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio de resultado.

Os derivativos são contratados como uma forma de administração de riscos financeiros, sendo que a política da ITAÚSA é a de não contratar operações com derivativos alavancados.

Embora não tenha como política a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), a ITAÚSA designou determinadas dívidas ao valor justo por meio do resultado, dada a existência de ativos financeiros derivativos diretamente relacionados a empréstimos, como forma de eliminar o reconhecimento de ganhos e perdas em diferentes períodos.

f) CLIENTES

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e assim não são trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações contábeis. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas contra "Outros Resultados Operacionais", na demonstração do resultado.

g) ESTOQUES

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores líquidos de realização, dos dois o menor. As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta e outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade normal).

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados para efetuar a venda.

h) INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO

I. Associadas

De acordo com CPC 18 / IAS 28 – “Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto”, associadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em associadas e entidades controladas em conjunto inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

II. Entidades Controladas em Conjunto (*Joint Ventures*)

De acordo com o CPC 19 / IAS 31 – “Negócios em Conjunto”, investimentos em negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto ou empreendimentos controlados em conjunto (“*Joint Ventures*”).

A classificação depende dos direitos e obrigações contratuais que cada investidor possui ao invés da estrutura legal do negócio em conjunto.

A participação da ITAÚSA e de suas controladas nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas do Patrimônio Líquido de suas empresas não consolidadas é reconhecida em suas reservas correspondentes do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da ITAÚSA e de suas controladas nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em empresas não consolidadas, incluindo quaisquer outros recebíveis, a ITAÚSA e suas controladas não reconhecem perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre a ITAÚSA e suas controladas e suas empresas não consolidadas são eliminados na proporção da participação da ITAÚSA e suas controladas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das empresas não consolidadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela ITAÚSA e suas controladas.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas a ITAÚSA e suas controladas mantiverem influência significativa ou controle compartilhado, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição ocorridos em participações em empresas não consolidadas, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado, na rubrica “Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto”.

i) IMOBILIZADO

De acordo com o CPC 27 / IAS 16 – “Ativo Imobilizado”, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na Nota 11.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada período.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 / IAS 36 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica “Outros Resultados Operacionais”.

j) ATIVO INTANGÍVEL - ÁGIO

De acordo com o CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios”, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido no CPC 01 / IAS 36 - “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

O CPC 01 / IAS 36 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base pro-rata do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios das empresas não consolidadas são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Investimentos em associadas e entidades controladas em conjunto e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

k) ATIVO INTANGÍVEL – OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis compreendem bens incorpóreos, incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provem de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser mensurável confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundo do seu uso. O saldo de ativos intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam, no mínimo anualmente, seus ativos intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução de valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 / IAS 36, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável os ativos são grupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Conforme previsto pelo CPC 04 / IAS 38 – “Ativo Intangível”, a ITAÚSA e suas controladas elegeram o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

I) ATIVOS BIOLÓGICOS

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme Nota 13. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas surgidos do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada na demonstração do resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Os custos na formação desses ativos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os efeitos da variação do valor justo do ativo biológico são apresentados em conta própria da demonstração de resultado.

m) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar e Obrigações Fiscais – Imposto Renda e Contribuição Social Correntes, respectivamente.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. Os créditos tributários, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais, somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos fiscais – Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos e Obrigações Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, respectivamente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre *hedges* de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos em Outros resultados abrangentes e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas. O imposto de renda e a contribuição social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram, para efeito de cálculo as respectivas bases, a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são iguais para todos os períodos apresentados:

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social	9%

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado.

n) BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

Planos de pensão - contribuição definida

As controladas da ITAÚSA oferecem Plano de Contribuição Definida a todos os colaboradores, administrados pela Fundação Itaúsa Industrial. O regulamento do plano prevê a contribuição das patrocinadoras entre 50% e 100% do montante aportado pelos colaboradores. A ITAÚSA e suas controladas já ofereceram Plano de Benefício Definido a seus colaboradores, mas esse plano está em extinção com acesso vedado a novos participantes.

Em relação ao Plano de Contribuição Definida, não há obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levarem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros.

o) PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

Os planos de outorga de ações são contabilizados de acordo com o CPC 10 / IFRS 2 – “Pagamento baseado em ações” que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo dos mesmos na data da outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência que não de mercado estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, as controladas geralmente entregam ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de precificação de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelas controladas correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações – Nota 19.

p) EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método a taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

q) CAPITAL SOCIAL E AÇÕES EM TESOURARIA

Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações em tesouraria que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento em Reservas Integralizadas. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra Reservas integralizadas, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

r) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano com pagamentos trimestrais, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de cada trimestre. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração do Resultado do período.

s) LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da ITAÚSA pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pela ITAÚSA. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R\$ 0,01 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos da ITAÚSA após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicada, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 / IAS 33 – “Resultado por Ação”.

t) RECEITAS

Receita de Vendas de produtos e serviços

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

u) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 / IFRS 8 – “Informações por segmento” determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. A ITAÚSA considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

A ITAÚSA possui os seguintes segmentos de negócios: setor financeiro e setores não financeiros, subdivididos em Alpargatas, Duratex, NTS – Nova Transportadora do Sudeste e Elekeiroz.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 27.

NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para os fins da demonstração consolidada de fluxos de caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 90 dias):

	30/09/2017	31/12/2016
Disponibilidades	81	50
Aplicações em Renda Fixa e Fundos de Investimentos	98	319
Certificado de Depósitos Bancários	840	1.399
Operações Compromissadas	77	666
Total	1.096	2.434

Destacamos que no período não ocorreram transações de investimento e financiamento que não afetaram o caixa ou equivalentes de caixa.

NOTA 4 – ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

	30/09/2017	31/12/2016
Letra Financeira Subordinada	-	61
Letra Financeira do Tesouro	76	249
Debêntures	49	-
Total	125	310

NOTA 5 – ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 04 de abril de 2017, a ITAÚSA adquiriu participação de 7,65% no capital da Nova Transportadora do Sudeste S.A. – NTS.

Foi reconhecido no resultado do período o valor de R\$ 115 decorrente do recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio, registrado na rubrica Outros Resultados Operacionais (nota 22).

Em 30 de setembro de 2017, o valor justo deste ativo era de R\$ 931.

Por ser uma ação não negociada no mercado, o valor justo é baseado nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa baseada na taxa de juros do mercado e no prêmio de risco específico para essa ação.

NOTA 6 – ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

Em 04 de abril de 2017, a ITAÚSA adquiriu debêntures conversíveis em ações emitidas pela Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS, com vencimento em 10 anos, no valor total de R\$ 442, com remuneração de 100% do CDI mais juros de 4% ao ano. O pagamento da remuneração será efetuado trimestralmente, nos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano.

Foi reconhecido no resultado do período, na rubrica Resultado Financeiro, o montante de R\$ 30, referente à receita de remuneração destas debêntures. O montante de R\$ 27 foi efetivamente recebido pela ITAÚSA.

NOTA 7 – CLIENTES

Contas a receber	30/09/2017	31/12/2016
Clientes no país	960	892
Clientes no exterior	125	105
Partes Relacionadas	35	37
<i>Impairment</i>	(105)	(100)
Total	1.015	934

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

Vencimentos	30/09/2017	31/12/2016
A vencer	930	897
Vencidos até 30 dias	51	22
Vencidos de 31 a 60 dias	7	7
Vencidos de 61 a 90 dias	5	5
Vencidos de 91 a 180 dias	12	12
Vencidos há mais de 180 dias	115	91
Total	1.120	1.034

Apresentamos a seguir a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	30/09/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	(100)	(59)
Constituição	(11)	(49)
Reversão	-	1
Baixa de títulos	6	7
Saldo Final	(105)	(100)

NOTA 8 – OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

a) Outros Ativos

	30/09/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Outros Ativos Financeiros						
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	-	102	102	-	99	99
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Receber	409	-	409	1.004	-	1.004
Valores a Receber da Venda de Imobilizado	51	47	98	31	37	68
Ativos de Planos de Aposentadoria (Nota 26)	14	120	134	5	126	131
Créditos com Precatório	-	2	2	-	10	10
Retenção de Valores na Aquisição de Empresas	3	26	29	3	20	23
Fomento nas Operações Florestais	-	13	13	-	14	14
Venda de Energia Elétrica	13	-	13	9	-	9
Valores a Receber Parceria Oki Electric Industry Co. Ltd.	-	-	-	55	-	55
Outros	4	25	29	2	8	10
Total	494	335	829	1.109	314	1.423
Outros Ativos Não Financeiros						
Despesas Antecipadas	16	-	16	14	-	14
Propriedade para Investimento	-	27	27	-	28	28
Ativo Mantido para Venda	-	20	20	-	20	20
Outros	1	7	8	-	23	23
Total	17	54	71	14	71	85

b) Outros Passivos

	30/09/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Fornecedores	297	-	297	246	-	246
Provisão de Pessoal	160	-	160	115	-	115
Sociedade em Conta de Participação (*)	39	94	133	38	94	132
Adiantamento de Clientes	6	-	6	8	5	13
Aquisição de Empresas	-	32	32	20	32	52
Frete e Seguros a Pagar	17	-	17	15	-	15
Comissões a Pagar	9	-	9	8	-	8
Aquisição Áreas Reflorestamento	5	-	5	12	-	12
Garantia de Produtos, Assistência Técnica e Manutenção	14	4	18	15	4	19
Arrendamento Mercantil	-	10	10	-	10	10
Passivos Provisionados com Parceiros <i>Joint Operation</i>	-	26	26	-	22	22
Obrigações a Pagar - NTS	-	238	238	-	-	-
Outras Contas a Pagar	60	53	113	55	39	94
Total	607	457	1.064	532	206	738

(*) Valor da participação dos sócios terceiros em projetos de reflorestamento, onde a Duratex, através de sua controlada Duratex Florestal, contribuiu com ativos florestais, basicamente florestas e os sócios investidores contribuíram com recursos em espécie.

NOTA 9 – ESTOQUES

	30/09/2017	31/12/2016
Matéria-Prima, Auxiliares e Embalagens	279	279
Produtos Acabados	404	391
Produtos em Elaboração	114	121
Almoxarifado Geral	123	121
Adiantamento a Fornecedores	1	2
Provisão para Perdas nos Estoques	(6)	(7)
Total	915	907

O custo dos estoques reconhecido no resultado do período é incluído em "Custo dos Produtos e Serviços" e totalizou R\$ 2.726 (R\$ 2.703 de 01/01/2016 a 30/09/2016).

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 as controladas da ITAÚSA não possuíam estoques dados em garantia.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS**I) ITAÚSA****a) Aquisição de participação na Alpargatas S.A.**

Em 12 de julho de 2017, a Itaúsa firmou, em conjunto com a Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A. (“BW”) e Cambuhy Investimentos Ltda. (“Cambuhy”), contrato de compra de 54,24% do capital da Alpargatas S.A., sendo que a Itaúsa deterá, após a conclusão da operação, 27,12% do capital total da Alpargatas. Esse percentual é representado por 103.623.035 ações ordinárias (42,889% do total de ações ordinárias) e 23.968.521 ações preferenciais (10,474% das ações preferenciais).

A transação foi concluída em 20 de setembro de 2017, com o desembolso pela Itaúsa de R\$ 1.740 e assinatura de Acordo de Acionistas entre a Itaúsa, a BW e Cambuhy para gestão compartilhada da Alpargatas. Esse acordo contém, entre outras disposições, indicação majoritária e paritária de membros no Conselho de Administração da Alpargatas.

Os compradores realizarão oferta pública para aquisição das ações ordinárias dos demais acionistas da Alpargatas, assegurando preço equivalente a 80% do valor pago para os vendedores. O resultado desta oferta pública poderá acarretar elevação da participação acionária dos compradores na Alpargatas e adicional desembolso proporcional pela Itaúsa.

De acordo com o CPC 18 (R2) – “Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto”, a participação da Itaúsa na Alpargatas foi reconhecida como Investimento em Controlada em Conjunto e será avaliada pelo método de equivalência patrimonial, a partir do 4º trimestre de 2017.

Está em andamento processo de alocação do preço de compra, considerando a participação nos ativos e passivos líquidos avaliados à valor justo, a contraprestação paga pela Itaúsa e o ágio por rentabilidade futura (*goodwill*). Não há expectativa que esta transação acarrete efeitos significativos no resultado da Itaúsa neste exercício social.

O quadro a seguir demonstra as principais informações das demonstrações contábeis da Alpargatas em 30/06/2017:

Informações	30/06/2017
Total de Ativos	3.002
Total de Passivos	844
Total do Patrimônio Líquido	2.158
Resultado Líquido	242

b) Patrimônio Líquido das Subsidiárias e Empresas Controladas em Conjunto

Patrimônio Líquido	Controladas em Conjunto		Subsidiárias				
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Duratex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itautec S.A.	Itaúsa Empreend. S.A.	ITH Zux Cayman company Ltd.
Patrimônio Líquido em 31/12/2015							
Capital Social	85.148	12.430	1.868	322	272	262	47
Ações em Tesouraria	(4.353)	-	(28)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.290)	(557)	459	-	-	-	-
Reservas	31.014	16.384	2.233	133	-	43	-
Outros	1.733	-	-	-	(195)	-	(45)
Saldo Contábil em 31/12/2015	112.252	28.257	4.532	455	77	305	2
Movimentações de 01/01 a 30/09/2016							
Resultado Líquido	17.271	3.063	(1)	(40)	(11)	3	-
Ações em Tesouraria	420	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(6.439)	(238)	-	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	(947)	(248)	(41)	-	-	-	-
Outras Movimentações	(615)	(159)	79	-	(6)	-	-
Patrimônio Líquido em 30/09/2016							
Capital Social	97.148	12.430	1.962	322	272	262	45
Ações em Tesouraria	(1.250)	-	(28)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.237)	(805)	419	-	-	-	-
Reservas	26.629	19.050	2.216	93	-	46	-
Outros	1.652	-	-	-	(212)	-	(43)
Saldo Contábil em 30/09/2016	121.942	30.675	4.569	415	60	308	2
Patrimônio Líquido em 31/12/2016							
Capital Social	97.148	12.430	1.962	322	272	262	45
Ações em Tesouraria	(1.882)	-	(28)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.274)	(1.078)	398	-	-	-	-
Reservas	28.805	19.586	2.238	8	-	48	-
Outros	1.785	-	-	(219)	(216)	-	(43)
Saldo Contábil em 31/12/2016	122.582	30.938	4.570	111	56	310	2
Movimentações de 01/01 a 30/09/2017							
Resultado Líquido	18.418	2.538	100	23	(17)	-	-
Ações em Tesouraria	(508)	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(9.523)	(295)	-	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	1.044	274	5	-	-	-	-
Outras Movimentações	(603)	(158)	2	-	-	-	-
Patrimônio Líquido em 30/09/2017							
Capital Social	97.148	13.500	1.962	103	56	262	39
Ações em Tesouraria	(2.409)	-	(28)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.230)	(804)	403	-	-	-	-
Reservas	37.190	20.601	2.340	31	-	48	-
Outros	1.711	-	-	-	(17)	-	(37)
Saldo Contábil em 30/09/2017	131.410	33.297	4.677	134	39	310	2

c) Participações Societárias nas Subsidiárias e Empresas Controladas em Conjunto

Abaixo apresentamos a composição do capital social das subsidiárias e das empresas controladas em conjunto, bem como as quantidades detidas pela ITAÚSA:

Participações Societárias	Controladas em Conjunto		Subsidiárias				
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Duratex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itautec S.A.	Itaúsa Empreend. S.A.	ITH Zux Cayman company Ltd.
Ações Ordinárias em Circulação em 30/09/2016	3.047.037.403	710.454.184	689.298.742	14.518.150	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações do Capital Social	3.047.040.198	710.454.184	691.784.501	14.518.150	11.199.367	2.186.700	12.200.000
Ações em Tesouraria	(2.795)	-	(2.485.759)	-	(127.181)	-	-
Ações Preferenciais em Circulação 30/09/2016	2.890.041.173	350.942.273	-	16.967.020	-	-	-
Ações do Capital Social	2.936.875.751	350.942.273	-	16.967.020	-	-	-
Ações em Tesouraria	(46.834.578)	-	-	-	-	-	-
Total das Ações em Circulação em 30/09/2016	5.937.078.576	1.061.396.457	689.298.742	31.485.170	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações de Propriedade da Itaúsa em 30/09/2016	1.178.227.819	706.169.365	245.169.699	30.379.121	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Ordinárias	1.178.125.199	355.227.092	245.169.699	14.261.761	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Preferenciais	102.620	350.942.273	-	16.117.360	-	-	-
Participação Societária Direta em 30/09/2016							
No Capital Social	19,85%	66,53%	35,57%	96,49%	98,93%	100,00%	100,00%
No Capital Votante	38,66%	50,00%	35,57%	98,23%	98,93%	100,00%	100,00%
Ações Ordinárias em Circulação em 30/09/2017	3.351.741.143	710.454.184	689.305.842	14.518.150	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações do Capital Social	3.351.744.217	710.454.184	691.784.501	14.518.150	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações em Tesouraria	(3.074)	-	(2.478.659)	-	-	-	-
Ações Preferenciais em Circulação em 30/09/2017	3.152.611.081	350.942.273	-	16.967.020	-	-	-
Ações do Capital Social	3.230.563.326	350.942.273	-	16.967.020	-	-	-
Ações em Tesouraria	(77.952.245)	-	-	-	-	-	-
Total das Ações em Circulação em 30/09/2017	6.504.352.224	1.061.396.457	689.305.842	31.485.170	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações de Propriedade da Itaúsa em 30/09/2017	1.296.050.600	706.169.365	250.968.698	30.379.121	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Ordinárias	1.295.937.718	355.227.092	250.968.698	14.261.761	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Preferenciais	112.882	350.942.273	-	16.117.360	-	-	-
Participação Societária Direta em 30/09/2017							
No Capital Social	(1) 19,93%	66,53%	36,41%	(3) 96,49%	98,93%	100,00%	100,00%
No Capital Votante	(2) 38,66%	50,00%	36,41%	98,23%	98,93%	100,00%	100,00%

(1) A Itaúsa detém participação direta no Itaú Unibanco Holding S.A. de 19,93% e indireta de 17,48%, através do investimento na Controlada em Conjunto IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., que detém 26,28% de participação direta no Itaú Unibanco Holding S.A., totalizando 37,41% de participação no capital social.

(2) A participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding S.A. é de 38,66% e indireta de 25,5%, através do investimento na Controlada em Conjunto IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., que detém 51% de participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding S.A., totalizando 64,16% de participação no capital votante.

(3) A Itaúsa detém participação direta na Elekeiroz S.A. de 96,49% e indireta de 0,11%, através do investimento na subsidiária Itaúsa Empreendimentos S.A., que detém 0,11% de participação direta na Elekeiroz S.A., totalizando 96,6% de participação no capital social.

d) Movimentação dos Investimentos

Investimentos	Controladas em Conjunto			Subsidiárias					Total
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Alpargatas S.A.	Duratex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itautec S.A.	Itaúsa Empreend. S.A.	ITH Zux Cayman company Ltd.	
Saldo do Investimento em 31/12/2015									
Participação Societária	22.336	18.800	-	1.603	440	75	305	2	43.561
Resultados Não Realizados	(13)	-	-	-	-	-	-	-	(13)
Valor Justo Ativos/Passivos Identificáveis	93	-	-	-	-	-	-	-	93
Saldo Contábil em 31/12/2015	22.416	18.800	-	1.603	440	75	305	2	43.641
Movimentações de 01/01 a 30/09/2016	1.853	1.609	-	15	(39)	(16)	3	-	3.425
Resultado de Participação Societária	4.423	2.038	-	-	(39)	(16)	3	-	6.409
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(2.261)	(158)	-	-	-	-	-	-	(2.419)
Aumento de Capital em Subsidiárias	-	-	-	34	-	-	-	-	34
Outros Resultados Abrangentes	(188)	(165)	-	(14)	-	-	-	-	(367)
Outras Movimentações	(121)	(106)	-	(5)	-	-	-	-	(232)
Saldo do Investimento em 30/09/2016									
Participação Societária	24.199	20.409	-	1.618	401	59	308	2	46.996
Resultados Não Realizados	(12)	-	-	-	-	-	-	-	(12)
Valor Justo Ativos/Passivos Identificáveis (Nota 25)	82	-	-	-	-	-	-	-	82
Saldo Contábil em 30/09/2016	24.269	20.409	-	1.618	401	59	308	2	47.066
Valor de Mercado em 30/09/2016 (*)	78.951	-	-	2.128	157	166	-	-	81.402
Saldo do Investimento em 31/12/2016									
Participação Societária	24.394	20.583	-	1.619	108	55	310	2	47.071
Resultados Não Realizados	(12)	-	-	-	-	-	-	-	(12)
Valor Justo Ativos/Passivos Identificáveis (Nota 25)	79	-	-	-	-	-	-	-	79
Saldo Contábil em 31/12/2016	24.461	20.583	-	1.619	108	55	310	2	47.138
Movimentações de 01/01 a 30/09/2017	1.781	1.570	1.740	77	23	(17)	(1)	-	5.173
Resultado de Participação Societária	5.041	1.689	-	26	23	(17)	(1)	-	6.761
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(3.349)	(196)	-	-	-	-	-	-	(3.545)
Aquisição de Ações	-	-	1.740	51	-	-	-	-	1.791
Venda de Ações	-	-	-	(2)	-	-	-	-	(2)
Outros Resultados Abrangentes	208	182	-	2	-	-	-	-	392
Outras Movimentações	(119)	(105)	-	-	-	-	-	-	(224)
Saldo do Investimento em 30/09/2017									
Participação Societária	26.184	22.153	1.740	1.696	131	38	309	2	52.253
Resultados Não Realizados	(12)	-	-	-	-	-	-	-	(12)
Valor Justo Ativos/Passivos Identificáveis (Nota 25)	70	-	-	-	-	-	-	-	70
Saldo Contábil em 30/09/2017	26.242	22.153	1.740	1.696	131	38	309	2	52.311
Valor de Mercado em 30/09/2017 (*)	105.485	-	2.006	2.387	208	171	-	-	110.257

(*) Divulgado apenas para as Cias abertas.

II) ITAÚSA CONSOLIDADO

a) Composição dos Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

	% de participação em 31/12/2016		31/12/2016			01/01 a 30/09/2016	
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Investimento	Valor de Mercado	Resultado Líquido	Resultado de Participações
Itaú Unibanco Holding	37,36	64,16	122.582	24.461	81.955	17.271	4.423
IUPAR - Itaú Unibanco Participações	66,53	50,00	30.938	20.583	-	3.063	2.038
Outros	-	-	-	(1) 18	-	-	(2) (5)
Total				45.062			6.456

	% de participação em 30/09/2017		30/09/2017			01/01 a 30/09/2017	
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Investimento	Valor de Mercado	Resultado Líquido	Resultado de Participações
Itaú Unibanco Holding	37,41	64,16	131.410	26.242	105.485	18.418	5.041
IUPAR - Itaú Unibanco Participações	66,53	50,00	33.297	22.153	-	2.538	1.689
Alpargatas (Nota 10Ia)	-	-	-	1.740	-	-	-
Outros	-	-	-	(1) 17	-	-	(2) (10)
Total				50.152			6.720

(1) Investimento decorrente de participação da Elekeiroz S.A. na Nexoleum Bioderivados S.A.

(2) Resultado não decorrente de lucro de empresas controladas.

b) Outras Informações

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações das investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

Ativos e Passivos ^(*)	30/09/2017	31/12/2016
Ativos	1.373.522	1.353.261
Caixa e Equivalente de Caixa	93.744	96.121
Ativos Financeiros	760.359	708.625
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	440.687	463.394
Ativos Fiscais	39.225	44.292
Demais Ativos	39.507	40.829
Passivos	1.231.054	1.219.668
Depósitos	359.904	329.414
Captações no Mercado Aberto	319.193	349.164
Outros Passivos Financeiros	318.835	331.918
Provisão de Seguros e Previdência Privada	174.575	154.076
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias	21.600	20.909
Demais Passivos	36.947	34.187

(*) Representado substancialmente pelo Itaú Unibanco Holding.

Outras Informações Financeiras - Itaú Unibanco Holding	01/01 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2016
Receita de Juros e Rendimentos	112.409	118.776
Despesa de Juros e Rendimentos	(62.842)	(70.402)
Lucro Líquido Antes dos Impostos	27.327	30.118
Imposto de Renda e Contribuição Social ^(*)	(8.739)	(12.476)
Lucro Líquido	18.588	17.642
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	18.418	17.271
Outros Resultados Abrangentes	1.044	(947)
Resultado Abrangente	19.462	16.324

(*) Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei 13.169/15, que elevou a alíquota da CSLL para 20%, os créditos tributários foram contabilizados com base na expectativa de sua realização. Em 30/09/2017 e 31/12/2016 não existem Créditos Tributários não contabilizados.

NOTA 11 – IMOBILIZADO

Ativos Imobilizados	Terrenos	Construções e Benfeitorias	Máquinas, Equipamentos e Instalações	Móveis e Utensílios	Veículos	Imobilizações em Andamento	Outros Ativos	Total
Saldo em 31/12/2015								
Custo	775	1.138	4.568	60	60	195	174	6.970
Depreciação Acumulada	-	(413)	(2.217)	(37)	(50)	-	(107)	(2.824)
Saldo Contábil, líquido	775	725	2.351	23	10	195	67	4.146
Movimentações de 01/01 a 30/09/2016								
Aquisições	-	2	30	1	1	109	11	154
Baixas	(2)	-	(6)	-	-	-	-	(8)
Depreciação	-	(27)	(221)	(3)	(2)	-	(11)	(264)
Transferências	1	(11)	145	-	1	(149)	11	(2)
Outros	(13)	(7)	(19)	-	-	-	-	(39)
Saldo em 30/09/2016								
Custo	761	1.123	4.713	61	60	155	196	7.069
Depreciação Acumulada	-	(441)	(2.433)	(40)	(50)	-	(118)	(3.082)
Saldo Contábil, líquido	761	682	2.280	21	10	155	78	3.987
<i>Taxas Médias Anuais de Depreciação</i>	-	4%	5% a 20%	10%	10%	-	4% a 20%	
Saldo em 31/12/2016								
Custo	755	1.119	4.675	61	60	125	200	6.995
Depreciação Acumulada	-	(445)	(2.444)	(40)	(51)	-	(122)	(3.102)
Impairment	-	(9)	(133)	(1)	-	(8)	-	(151)
Saldo Contábil, líquido	755	665	2.098	20	9	117	78	3.742
Movimentações de 01/01 a 30/09/2017								
Aquisições	-	4	22	1	-	126	6	159
Baixas	(14)	-	(1)	-	-	(1)	(1)	(17)
Depreciação	-	(27)	(220)	(2)	(2)	-	(13)	(264)
Transferências	-	8	86	-	3	(107)	10	-
Impairment	-	-	20	-	-	-	-	20
Outros	4	-	(3)	-	-	-	-	1
Saldo em 30/09/2017								
Custo	745	1.131	4.778	62	63	143	215	7.137
Depreciação Acumulada	-	(472)	(2.664)	(42)	(53)	-	(135)	(3.366)
Impairment	-	(9)	(112)	(1)	-	(8)	-	(130)
Saldo Contábil, líquido	745	650	2.002	19	10	135	80	3.641
<i>Taxas Médias Anuais de Depreciação</i>	-	4%	5% a 20%	10%	10%	-	4% a 20%	

NOTA 12 – INTANGÍVEL

Ativos Intangíveis	Software	Marcas e Patentes	Ágio por Rentabilidade Futura	Carteira de Clientes	Total
Saldo em 31/12/2015					
Custo	85	26	714	414	1.239
Amortização Acumulada	(52)	(2)	-	(161)	(215)
Saldo Contábil, líquido	33	24	714	253	1.024
Movimentações de 01/01 a 30/09/2016					
Aquisições	9	-	-	-	9
Amortização	(4)	(1)	-	(21)	(26)
Outros	-	(4)	5	(1)	-
Saldo em 30/09/2016					
Custo	95	22	719	412	1.248
Amortização Acumulada	(57)	(3)	-	(181)	(241)
Saldo Contábil, líquido	38	19	719	231	1.007
<i>Taxas Médias Anuais de Amortização</i>	20%	-	-	6,67%	
Saldo em 31/12/2016					
Custo	98	23	719	412	1.252
Amortização Acumulada	(59)	(3)	-	(189)	(251)
Impairment	(1)	(3)	-	-	(4)
Saldo Contábil, líquido	38	17	719	223	997
Movimentações de 01/01 a 30/09/2017					
Aquisições	5	-	-	-	5
Amortização	(6)	-	-	(20)	(26)
Saldo em 30/09/2017					
Custo	103	17	719	412	1.251
Amortização Acumulada	(65)	-	-	(209)	(274)
Impairment	(1)	-	-	-	(1)
Saldo Contábil, líquido	37	17	719	203	976
<i>Taxas Médias Anuais de Amortização</i>	20%	-	-	6,67%	

O Ágio por Rentabilidade Futura (*Goodwill*) é decorrente das seguintes aquisições:

	30/09/2017	31/12/2016
Aquisições		
Itaú Unibanco Holding (nota 25)	437	437
Satipel	188	188
Thermosystem	26	26
Cerâmica Monte Carlo	22	22
Deca Nordeste	17	17
DuchaCorona	5	5
Metalúrgica Jacareí	2	2
Outras Aquisições	22	22
Saldo Contábil, líquido	719	719

NOTA 13 – ATIVOS BIOLÓGICOS (Reservas Florestais)

A ITAÚSA CONSOLIDADO, detém através de suas controladas indiretas Duratex Florestal Ltda., Duratex S.A. (nova denominação da Tablemac S.A.) e Caetex Florestal S.A., reservas florestais de eucalipto e de pinus e que são utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes, e complementarmente para venda a terceiros.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de autossuficiência no suprimento de madeira.

Em 30 de setembro de 2017, essas empresas possuíam aproximadamente 178,7 mil hectares em áreas de efetivo plantio (176,7 mil hectares em 31 de dezembro de 2016) que são cultivadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Alagoas e na Colômbia.

a) Estimativa do Valor Justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para (i) florestas de Eucalipto com até um ano de vida e de Pinus até 4 anos de vida, que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo; e (ii) florestas em formação onde utiliza-se o método de fluxo de caixa descontado.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

i. Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente) pela taxa de desconto de 10,1% a.a. em 30 de setembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016. A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio ponderado de capital da Duratex S.A., o qual é revisado anualmente pela sua Administração.

ii. Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da Duratex, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.

iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.

iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. As estimativas de volume são corroboradas por inventários rotativos realizados por técnicos especialistas a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações contábeis.

v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

b) Composição dos Saldos

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	30/09/2017	31/12/2016
Custo de Formação dos Ativos Biológicos	1.029	966
Diferencial entre o Custo e o Valor Justo	592	563
Valor Justo dos Ativos Biológicos	1.621	1.529

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

c) Movimentação

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do período é a seguinte:

	30/09/2017	31/12/2016
Saldo inicial	1.529	1.442
Varição do Valor Justo		
Preço Volume	121	158
Exaustão	(92)	(142)
Varição do Valor Histórico		
Formação	137	178
Exaustão	(74)	(107)
Saldo final	1.621	1.529
	01/01 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2016
Efeitos no resultado do valor justo do ativo biológico	29	37
Varição do Valor Justo	121	115
Exaustão do Valor Justo	(92)	(78)

NOTA 14 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A ITAÚSA e cada uma de suas subsidiárias apuram separadamente, em cada exercício, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido.

a) Composição das Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social

Os montantes registrados como despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social nas demonstrações contábeis consolidadas são reconciliados com as alíquotas legais, como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.369	6.607	2.095	6.219
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(806)	(2.247)	(712)	(2.114)
Acréscimos/Decréscimos aos Encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social Decorrentes de:				
(Inclusões) Exclusões	840	2.165	750	2.208
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	777	2.285	710	2.195
Dividendos	15	34	-	-
Juros Sobre o Capital Próprio	25	(183)	22	(1)
Créditos Tributários Não Reconhecidos	22	25	-	-
Outras	1	4	18	14
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	34	(82)	38	94

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

I – O saldo e a movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido é representado por:

	31/12/2015	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2016
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	503	(66)	141	578
Créditos de Liquidação Duvidosa	8	(2)	5	11
Ajustes Valor de Mercado TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	3	(1)	-	2
Provisões para Passivos Contingentes	248	(19)	94	323
Outros	54	(24)	17	47
Total do Ativo Fiscal Diferido	816	(112)	257	961
Passivo Fiscal Diferido				
Reserva de Reavaliação	(51)	3	-	(48)
Valor Presente de Financiamento	(5)	-	(1)	(6)
Resultado do Swap	(129)	97	-	(32)
Depreciação	(10)	-	(3)	(13)
Planos de Pensão	(5)	4	(1)	(2)
Venda de Imóvel	(2)	-	(16)	(18)
Outras Obrigações	(50)	32	(1)	(19)
Ajustes CPCs / IFRS	(359)	1	-	(358)
Total do Passivo Fiscal Diferido	(611)	137	(22)	(496)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	205	25	235	465

	31/12/2016	Realização / Reversão	Constituição	30/09/2017
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	578	(102)	-	476
Créditos de Liquidação Duvidosa	11	-	-	11
Ajustes Valor de Mercado TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	2	-	-	2
Provisões para Passivos Contingentes	323	(9)	85	399
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	171	171
Outros	47	(5)	7	49
Total do Ativo Fiscal Diferido	961	(116)	263	1.108
Passivo Fiscal Diferido				
Reserva de Reavaliação	(48)	3	-	(45)
Valor Presente de Financiamento	(6)	3	-	(3)
Resultado do Swap	(32)	25	-	(7)
Depreciação	(13)	-	(2)	(15)
Planos de Pensão	(2)	-	(1)	(3)
Venda de Imóvel	(18)	-	(7)	(25)
Outras Obrigações	(19)	1	(17)	(35)
Ajustes CPCs / IFRS	(358)	11	-	(347)
Total do Passivo Fiscal Diferido	(496)	43	(27)	(480)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	465	(73)	236	628

II - A estimativa de realização do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	30/09/2017	31/12/2016
Ativo Fiscal Diferido:	1.108	961
Ativo Fiscal Diferido a ser recuperado até 12 meses	207	29
Ativo Fiscal Diferido a ser recuperado após 12 meses	901	932
Passivo Fiscal Diferido	(480)	(496)
Passivo Fiscal Diferido a ser recuperado após 12 meses	(480)	(496)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	628	465

NOTA 15 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade ⁽¹⁾	Encargos	Garantias	30/09/2017		31/12/2016	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Duratex						
BNDES	TJLP + 2,2 % a.a.	Aval - Itaúsa	1	-	6	-
BNDES	TJLP + 2,7 % a.a.	Fiança - Cia Ligna de Investimentos	-	1	-	1
BNDES	TJLP + 2,8 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	50	53	84	65
BNDES	Pré 2,5% a.a. até 7% a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	2	1	4	2
BNDES	Selic + 2,16 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	1	-	1	1
FINAME	TJLP + 2,3 % a.a./ Pré 6 % a.a.	Alienação Fiduciária e Nota Promissória	10	44	10	36
FINAME	6,0 % a.a.	Alienação Fiduciária e Fiança	1	5	1	5
FUNDIEST	30 % do IGP-M a.m.	Fiança - Cia Ligna de Investimentos	29	57	28	74
FUNDOPEM	IPCA + 3 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	-	-	3	48
PROINVEST / PRO FLORESTA	IGP-M + 4 % a.a./IPCA + 6 % a.a.	Fiança - Cia Ligna e Hipoteca de bens	-	-	1	-
CREDITO EXPORTAÇÃO COM SWAP	8,0 % a.a.	-	20	-	39	20
CREDITO EXPORTAÇÃO	104,8 % a 107,5 % CDI	-	103	621	14	693
DESCONTO NPR	9,5 % a.a.	-	-	-	40	-
EXIM TJLP	TJLP + 3,3 % a.a.	Nota Promissória	117	-	1	115
EXIM SELIC	Selic + 3,6 % a.a.	Nota Promissória	56	-	-	51
Total moeda nacional			390	782	232	1.111
BNDES	Cesta de moedas + 2,2 % a.a.	Aval - Itaúsa	-	-	1	-
BNDES	US\$ + Libor + 1,6 % a.a.	Aval - Itaúsa	-	-	1	-
ACC	US\$ + 3,8 % a.a.	Nota Promissória	-	-	66	-
RESOLUÇÃO 4131 COM SWAP	US\$ + Libor + 1,50 % a.a.	Nota Promissória	1	178	1	180
RESOLUÇÃO 4131 COM SWAP	US\$ + 2,11 % a 3,66 % a.a.	Nota Promissória	358	179	340	387
Total moeda estrangeira			359	357	409	567
Total Duratex			749	1.139	641	1.678
Duratex - Controladas						
BNDES	3,5 % e 5,5 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	1	2	1	26
BNDES	TJLP + 2,8 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	12	66	2	52
FINAME	Pré 5,6 % e 9 % a.a.	Alienação Fiduciária e Aval Duratex	1	3	2	6
FINAME	TJLP + 4,0 % a.a.	Alienação Fiduciária e Aval Duratex	1	6	-	-
FINAME	Selic + 4,28% a.a.	Alienação Fiduciária e Aval Duratex	-	1	-	-
NOTA CREDITO EXPORTAÇÃO	104,9 % CDI	Aval - Duratex S.A.	37	106	7	141
NOTA DE CREDITO RURAL	12,75 % a.a.	Aval - Duratex S.A.	-	193	-	177
NOTA DE CREDITO RURAL	12,75 % a.a.	-	-	-	13	-
CRA	98% CDI	Fiança - Duratex S.A	16	693	1	693
Total moeda nacional			68	1.070	26	1.095
CII	Libor + 3,95 % a.a.	Penhor e hipoteca de equipamentos	2	-	3	-
DEG/CII	5,4 % a.a.	Penhor e hipoteca de equipamentos	9	-	10	2
LEASING	DTF + 2,0 %	Nota Promissória	-	1	1	2
Total moeda estrangeira			11	1	14	4
Total Duratex Controladas			79	1.071	40	1.099
Elekeiroz						
BNDES	TJLP + 1,72 % a 4,32 % a.a.	Aval - Itaúsa	12	23	15	32
BNDES	IPCA + 1,96 % a 2,26 % a.a.	Aval - Itaúsa	3	6	5	7
BNDES	3,0 % a 6,0 % a.a.	Aval - Itaúsa	1	1	1	2
FINEP	3,5 % a.a.	Aval - Itaúsa	2	5	2	7
NCE SAFRA	127% CDI	-	26	25	-	54
BNB	9,50 % a.a.	Aval - Itaúsa	7	22	-	28
Total moeda nacional			51	82	23	130
BNDES	Variacão cambial + 2,12 % a 2,16 % a.a.	Aval - Itaúsa	3	4	4	7
NCE - ABC	129,25% CDI	-	7	6	7	13
PRÉ PAGTO. EXP.	CDI + 5,22 % a.a.	-	-	-	5	1
4131 - ABC	129% CDI	Aval - Itaúsa	29	-	30	-
4131 - SAFRA	131,70% CDI	Aval Itaúsa	16	-	-	-
Total moeda estrangeira			55	10	46	21
Total Elekeiroz			106	92	69	151
Itautec						
FINEP	4,0 % a.a.	Aval - Itaúsa	7	-	14	4
ALFA CG	114,8 % a 115 % CDI	-	-	-	16	-
Total moeda nacional			7	-	30	4
Total Itautec			7	-	30	4
Itaúsa						
CCB - SAFRA	108% CDI	-	200	-	-	-
Total moeda nacional			200	-	-	-
Total Itaúsa Individual			200	-	-	-
Total Itaúsa Consolidado			1.141	2.302	780	2.932

(1) Determinados empréstimos e financiamentos (que podem ser identificados como Com Swap) foram designados ao valor justo por meio do resultado.

Vencimento	30/09/2017	31/12/2016
2018	227	869
2019	779	765
2020	505	483
2021	83	82
2022	704	711
2023	2	9
2024	2	7
Demais	-	6
Total	2.302	2.932

NOTA 16 – DEBÊNTURES

Em 24/05/2017 a ITAÚSA efetuou captação no mercado mediante a emissão, em série única, de 12.000 debêntures, não conversíveis em ações, com valor de face de R\$ 100 mil cada, com remuneração de 106,9% do CDI, com pagamentos semestrais dos juros e amortização do valor principal em três parcelas anuais e sucessivas, em maio de 2022, 2023 e 2024.

Em 30 de setembro de 2017 o valor atualizado dessas debêntures era de R\$ 1.242.

NOTA 17 – PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A ITAÚSA e suas controladas, na execução de suas atividades normais, encontram-se envolvidas em provisões para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis.

As respectivas provisões foram constituídas considerando a avaliação de probabilidade de perda pelos consultores jurídicos do grupo.

A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

a) Ativos Contingentes:

A ITAÚSA e suas controladas estão discutindo judicialmente o ressarcimento de tributos e contribuições, bem como é parte em processos cíveis, nos quais possuem direitos ou expectativas de direitos a receber.

O quadro abaixo apresenta os principais processos que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, têm probabilidade de êxito considerada provável, sendo que os valores respectivos a esses processos não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis.

	30/09/2017	31/12/2016
Tributário	209	230
Crédito Prêmio de IPI de 1980 a 1985 ⁽¹⁾	119	136
Correção Monetária dos Créditos com a Eletrobrás	13	14
INSS - Contribuições Previdenciárias ⁽²⁾	37	47
PIS e COFINS	20	23
Outros	20	10
Cível	19	17
Cobrança/Execução de Títulos Extrajudicial	15	14
Outros	4	3
Total	228	247

(1) Em maio de 2017, na controlada Duratex, ocorreu o trânsito em julgado de medida judicial que pleiteava o direito ao ressarcimento referente ao Crédito Prêmio de IPI do ano de 1984, reconhecido contabilmente em Junho/2017 no valor de R\$ 34.

(2) A redução no saldo refere-se principalmente pela mudança no prognóstico deste ativo contingente de provável para remoto na avaliação dos assessores jurídicos da empresa controlada Duratex.

b) Provisões:

- **Tributárias:** As provisões equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de autolancamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos, a provisão é constituída sempre que a perda for considerada provável.
- **Trabalhistas:** têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à horas extras, doença ocupacional, equiparação salarial e em relação a responsabilidade subsidiária.
- **Cíveis:** os processos cíveis referem-se principalmente a ações por danos morais e materiais.

Segue abaixo a movimentação das provisões e os saldos dos depósitos judiciais vinculados:

Provisões	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2015	664	87	20	771
Atualização Monetária	83	21	3	107
Constituição	189	34	3	226
Reversão	(17)	(12)	(3)	(32)
Pagamentos	-	(30)	(1)	(31)
Saldo Final	919	100	22	1.041
(-) Depósitos Judiciais	(30)	(15)	-	(45)
Saldo em 31/12/2016 após compensação Depósitos Judiciais	889	85	22	996

Provisões	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2016	919	100	22	1.041
Atualização Monetária	63	8	1	72
Constituição	168	30	2	200
Reversão	(14)	(9)	(4)	(27)
Pagamentos	(14)	(26)	(1)	(41)
Transferência para Outros Passivos (*)	(5)	-	-	(5)
Saldo Final	1.117	103	20	1.240
(-) Depósitos Judiciais	(31)	(20)	-	(51)
Saldo em 30/09/2017 após compensação Depósitos Judiciais	1.086	83	20	1.189

(*) Refere-se à controlada Duratex face à adesão da empresa ao programa de parcelamento (item d).

A principal discussão relativa às provisões tributárias está descrita a seguir:

- PIS e COFINS – Base de Cálculo – R\$ 1.044: Discute-se o direito de calcular e recolher as contribuições ao PIS e COFINS sem a inclusão na base de cálculo dos valores recebidos a título de Juros sobre o Capital Próprio.

c) Passivos Contingentes

A ITAÚSA e suas controladas possuem processos de natureza tributária, trabalhista e cível que apresentam, na opinião de seus assessores jurídicos, probabilidade de perda possível e não têm provisão constituída.

Em 30 de setembro de 2017, esses processos totalizavam R\$ 1.166 para causas tributárias, R\$ 42 para causas trabalhistas e R\$ 10 para causas cíveis.

As principais discussões de causas tributárias de probabilidade de perda possível são relacionadas pelos seguintes temas:

- IRRF, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de pedido de compensação – R\$ 584: Casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado;
- Tributação de Reserva de Reavaliação – R\$ 300 Discussão relativa à tributação de Reserva de Reavaliação nas operações societárias de cisão realizadas no período de 2006 e 2009;
- PIS e COFINS – Glosa de Créditos – R\$ 53: Discussão sobre restrição do direito ao crédito de certos insumos relacionados a estas contribuições;
- Incidência e Créditos de ICMS – R\$ 50: Discussão sobre a incidência, reconhecimento e utilização de créditos de ICMS;
- Divergências de Obrigações Acessórias – R\$ 19: Discussão sobre eventuais divergências entre as informações contidas nas obrigações acessórias;
- IRPJ e CSLL – Lucros Disponibilizados no Exterior - R\$ 14: Discussão sobre a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior;
- IRPJ e CSLL – Glosa de Créditos – R\$ 13: Discussão relativa à dedução do imposto pago no exterior pela controlada.

d) Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos

As controladas Duratex e Itautec aderiram aos PPIs – Programas de Parcelamento Incentivado, substancialmente relacionados à esfera federal, instituído pela Medida Provisória nº 783, de 31/05/2017, convertida na Lei nº 13.496, de 24/10/2017.

Os PPIs promovem a regularização dos débitos referidos nessas leis, decorrentes de débitos de natureza tributária e não tributária (constituídos ou não), inclusive os inscritos em dívida ativa.

O efeito líquido no resultado de 01/01 a 30/09/2017 em decorrência da adesão das empresas corresponde a uma despesa de R\$ 2.

NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO ITAÚSA**a) Capital Social**

Em reunião de 18/05/2017, o Conselho de Administração homologou a elevação do capital social subscrito e integralizado de R\$ 36.405 para R\$ 37.145, mediante emissão de 121.311.478 novas ações escriturais, sem valor nominal, sendo 46.341.899 ordinárias e 74.969.579 preferenciais, para subscrição particular ao preço de R\$ 6,10 por ação.

Em reunião de 07/08/2017, o Conselho de Administração deliberou cancelar 77.789.229 ações ordinárias de emissão própria existentes em tesouraria, mediante absorção de R\$ 653 consignados em Reservas de Lucros.

O capital social subscrito e integralizado passou a ser de R\$ 37.145, representado por 7.473.629.873 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 2.823.483.724 ordinárias e 4.650.146.149 preferenciais sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 0,01 por ação, não cumulativo;
- Direito de, em eventual alienação de controle, ser incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurando-se dividendo igual ao das ações ordinárias.

O capital social autorizado é de 12.000.000.000 em ações escriturais, sem valor nominal, sendo até 4.000.000.000 em ações ordinárias e até 8.000.000.000 em ações preferenciais.

Abaixo segue a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e conciliação dos saldos no final do exercício de 2016 e setembro de 2017:

	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Em Circulação em 31/12/2015	2.595.391.868	4.159.251.428	6.754.643.296	32.325
Movimentações das ações do capital integralizado de 01/01 a 31/12/2016				
Aumento de Capital Mediante Capitalização de Reservas	-	-	-	4.080
Cancelamento de Ações em Tesouraria	(2.155.240)	(2.000.000)	(4.155.240)	-
Bonificação de 10% em Ações	259.539.186	415.925.142	675.464.328	-
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2016	2.854.931.054	4.575.176.570	7.430.107.624	36.405
Residentes no País	2.854.100.005	2.735.820.552	5.589.920.557	27.389
Residentes no Exterior	831.049	1.839.356.018	1.840.187.067	9.016
Ações em Tesouraria em 31/12/2016	(26.819.000)	-	(26.819.000)	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2015	(2.155.240)	(2.000.000)	(4.155.240)	-
Ações Adquiridas	(26.819.000)	-	(26.819.000)	-
Cancelamento de Ações	2.155.240	2.000.000	4.155.240	-
Em Circulação em 31/12/2016	2.828.112.054	4.575.176.570	7.403.288.624	36.405
Movimentações das ações do capital integralizado de 01/01 a 30/09/2017				
Cancelamento de Ações em Tesouraria	(77.789.229)	-	(77.789.229)	-
Subscrição de Ações	46.341.899	74.969.579	121.311.478	740
Ações Representativas do Capital Social em 30/09/2017	2.823.483.724	4.650.146.149	7.473.629.873	37.145
Residentes no País	2.822.300.973	2.696.127.646	5.518.428.619	27.427
Residentes no Exterior	1.182.751	1.954.018.503	1.955.201.254	9.718
Ações em Tesouraria em 30/09/2017	-	-	-	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2016	(26.819.000)	-	(26.819.000)	-
Ações Adquiridas	(50.970.229)	-	(50.970.229)	-
Cancelamento de Ações	77.789.229	-	77.789.229	-
Em Circulação em 30/09/2017	2.823.483.724	4.650.146.149	7.473.629.873	37.145

b) Ações em Tesouraria

No período de 01/01 a 30/09/2017 foram adquiridas 50.970.229 ações ordinárias de emissão própria (26.819.000 de 01/01 a 31/12/2016), com base em autorizações do Conselho de Administração, para manutenção em tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado, ao custo total de R\$ 449 (R\$ 204 de 01/01 a 31/12/2016) e custo médio unitário de R\$ 8,80 (R\$ 7,61 de 01/01 a 31/12/2016).

Em reuniões de 13/02/2017 e 07/08/2017, o Conselho de Administração deliberou cancelar 77.789.229 ações ordinárias de emissão própria existentes em tesouraria, mediante absorção de R\$ 653 consignados em Reservas de Lucros.

	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Ações em Tesouraria em 31/12/2015	(2.155.240)	(2.000.000)	(4.155.240)	(33)
Cancelamento de Ações	2.155.240	2.000.000	4.155.240	33
Ações Adquiridas	(26.819.000)	-	(26.819.000)	(204)
Ações em Tesouraria em 31/12/2016	(26.819.000)	-	(26.819.000)	(204)
Ações Adquiridas	(50.970.229)	-	(50.970.229)	(449)
Cancelamento de Ações	77.789.229	-	77.789.229	653
Ações em Tesouraria em 30/09/2017	-	-	-	-

c) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias, dividendo igual ao mínimo prioritário anual de R\$ 0,01 por ação a ser pago às ações preferenciais. O dividendo mínimo pode ser pago em quatro parcelas ou mais, no mínimo trimestralmente ou com intervalos menores.

A antecipação trimestral do dividendo mínimo obrigatório, utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação.

I. Cálculo

Lucro Líquido	6.461	
(-) Reserva Legal	(323)	
Base de Cálculo do Dividendo	6.138	
Dividendo Mínimo Obrigatório	1.535	25,00%

II. Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	Bruto	IRF	Líquido
Pagos	702	(88)	614
Dividendos	112	-	112
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação paga em 03/07/2017	112	-	112
Juros sobre o Capital Próprio	590	(88)	502
1 parcela de R\$ 0,0790 por ação paga em 25/08/2017	590	(88)	502
Provisionado	1.044	(123)	921
Dividendos	224	-	224
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação a ser paga em 02/10/2017	112	-	112
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação a ser paga em 02/01/2018	112	-	112
Juros sobre o Capital Próprio	820	(123)	697
1 parcela de R\$ 0,1096 por ação a ser declarada	820	(123)	697
Total em 30/09/2017 - R\$ 0,2053 líquido por ação	1.746	(211)	1.535
Total em 30/09/2016 - R\$ 0,2025 líquido por ação	1.706	(207)	1.499

d) Reservas Integralizadas

- **Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, até o limite de 20% do Capital Social.

- **Reservas estatutárias**

São constituídas visando:

- a equalização de dividendos com a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas;
- reforçar o de Capital de Giro garantindo meios financeiros para a operação da companhia; e
- o aumento de Capital de Empresas Participadas de modo a garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

	30/09/2017	31/12/2016
Reservas de Lucros	14.999	12.370
Legal	1.277	954
Estatutárias	13.722	11.416
Equalização de Dividendos	7.407	5.402
Reforço do Capital de Giro	2.335	2.110
Aumento de Capital de Empresas Participadas	3.980	2.662
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais (*)	-	1.242
Outras Reservas	675	707
Total das Reservas na Controladora	15.674	13.077

(*) Refere-se aos Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio declarados após 31 de dezembro de cada período.

Detalhamento das Reservas	Reserva de Lucros		Outras Reservas	Total das Reservas
	Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
Saldo em 31/12/2016	954	11.416	707	13.077
Constituição de Reservas	323	4.392	-	4.715
Cancelamento de Ações	-	(653)	-	(653)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2017 - Exercício 2016	-	(1.242)	-	(1.242)
Ágio na Emissão de Ações	-	-	1	1
Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	-	(191)	(33)	(224)
Saldo em 30/09/2017	1.277	13.722	675	15.674

e) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e da apropriação para a reserva legal. A integralização total desta reserva ocorre após a deliberação do conselho de administração, na Assembleia Geral Ordinária, no exercício seguinte ao das demonstrações contábeis.

NOTA 19 – PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES**Plano para Outorga de Opções de Ações – Duratex S.A.**

Conforme previsão Estatutária, a Duratex S.A. possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Duratex a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Duratex.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano são propostos pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação, designado pelo Conselho de Administração da Duratex. Periodicamente, esse comitê submete à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Só haverá outorga de opções com relação aos exercícios em que tenham sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Duratex que os acionistas controladores e não controladores possuírem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício, a ser pago à Duratex, é fixado pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções o Comitê de Pessoas considera a média dos preços das ações ordinárias da Duratex nos pregões da B3, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos são reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

Premissas	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2016
Total de opções de ações outorgadas	2.787.034	2.678.887	2.517.937	1.333.914	1.875.322	1.290.994	1.561.061	1.966.869	1.002.550
Preço de exercício na data da outorga	11,82	15,34	9,86	16,33	13,02	10,21	14,45	11,44	5,74
Valor justo na data da outorga	8,88	7,26	3,98	7,04	5,11	5,69	6,54	4,48	4,00
Prazo limite para exercício	10 anos	10 anos	8 anos	8 anos	8,5 anos	8,8 anos	8,9 anos	8,1 anos	8,9 anos
Prazo de carência	1,5 anos	1,5 anos	3 anos	3 anos	3,5 anos	3,8 anos	3,9 anos	3,10 anos	3,9 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2016
Volatilidade do preço da ação	36,60%	36,60%	46,20%	38,50%	32,81%	37,91%	34,13%	28,41%	39,82%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco ⁽¹⁾	7,60%	7,20%	6,20%	7,10%	5,59%	4,38%	3,58%	6,39%	6,95%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%

(1) cupom IGP-M

A Duratex efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos.

No ano de 2015 não houve outorga de opção de ações.

Demonstrativo do valor e da apropriação das opções outorgadas:

Data da Outorga	Qtde. Outorgada	Data da Carência	Prazo para Vencimento	Preço Outorga	Saldo a Exercer		Preço Opção	Valor Total	Competência			Demais Períodos
					31/12/2016	30/09/2017			2007 a 2015	2016	2017	
31/01/2007	2.787.034	30/06/2008	até 31/12/2017	11,82	1.294.078	1.266.367	8,88	25	25	-	-	-
13/02/2008	2.678.887	30/06/2009	até 31/12/2018	15,34	1.340.260	1.321.788	7,26	19	19	-	-	-
30/06/2009	2.517.937	30/06/2012	até 31/12/2017	9,86	839.525	839.525	3,98	9	9	-	-	-
14/04/2010	1.333.914	31/12/2013	até 31/12/2018	16,33	808.763	801.545	7,04	9	9	-	-	-
29/06/2011	1.875.322	31/12/2014	até 31/12/2019	13,02	1.523.797	1.513.512	5,11	9	9	-	-	-
04/09/2012	1.290.994	31/12/2015	até 31/12/2020	10,21	780.997	776.474	5,69	6	7	-	-	-
17/04/2013	1.561.061	31/12/2016	até 31/12/2021	14,45	1.222.907	1.214.551	6,54	8	7	2	-	-
02/11/2014	1.966.869	31/12/2017	até 31/12/2022	11,44	2.144.813	2.134.363	4,48	9	4	2	2	1
03/09/2016	1.002.550	31/12/2019	até 31/12/2024	5,74	1.002.550	995.150	4,00	6	-	1	1	3
Soma	17.014.568				10.957.690	10.863.275		100	89	5	3	4
Efetividade de exercício								96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%
Valor apurado								97	86⁽¹⁾	5⁽²⁾	3⁽³⁾	4⁽⁴⁾

(1) Valor contabilizado contra o resultado no período de 2007 a 2015.

(2) Valor contabilizado contra o resultado em 2016.

(3) Valor contabilizado contra o resultado nos nove meses de 2017.

(4) Valor a ser contabilizado contra o resultado nos demais períodos.

Em 30 de setembro de 2017, a Duratex S.A. possuía 2.478.659 ações em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

NOTA 20 – RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS

	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016
Receita Bruta de Vendas de Produtos e Serviços	1.619	4.531	1.457	4.356
Mercado Interno	1.415	3.967	1.262	3.706
Mercado Externo	204	564	195	650
Impostos e Contribuições sobre Vendas	(329)	(924)	(295)	(884)
Receita Líquida de Vendas de Produtos e Serviços	1.290	3.607	1.162	3.472

NOTA 21 – DESPESAS POR NATUREZA

	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016
Variação do valor justo dos ativos biológicos	40	121	39	115
Variação nos estoques de produtos acabados	41	190	132	307
Matérias-primas e materiais de consumo	(661)	(1.969)	(690)	(2.048)
Remunerações, encargos e benefícios a empregados	(267)	(740)	(237)	(705)
Encargos de depreciação, amortização e exaustão	(142)	(412)	(129)	(413)
Despesas de transporte	(70)	(230)	(81)	(239)
Despesas de publicidade	(51)	(131)	(40)	(107)
Outras despesas	(102)	(293)	(118)	(308)
Total	(1.212)	(3.464)	(1.124)	(3.398)

As despesas por natureza acima descritas representam as seguintes rubricas da demonstração de resultado:

	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016
Custo dos produtos e serviços	(945)	(2.726)	(884)	(2.703)
Despesas com vendas	(184)	(506)	(157)	(466)
Despesas gerais e administrativas	(83)	(232)	(83)	(229)
Total	(1.212)	(3.464)	(1.124)	(3.398)

NOTA 22 – OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016
Reversões (provisões) para Contingências	(3)	(6)	5	(12)
Resultado de Plano Benefício	5	6	15	11
Amortização Intangível	(7)	(23)	(7)	(23)
Opções Outorgadas e Reconhecidas	(8)	(10)	1	(4)
Resultado na Venda de Investimento / Imobilizado	52	70	35	45
Créditos de Pis e Cofins sobre aquisição de matérias-primas	4	11	4	11
Receita de Aluguel	2	6	3	8
Ganho por Compra Vantajosa Aquisição Nexoleum S.A.	-	-	1	5
Crédito prêmio IPI (Nota 17a)	-	32	-	-
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio NTS (Nota 5)	59	115	-	-
Adesão ao Programa especial de regularização tributária - PERT	(31)	(31)	-	-
Outros	6	12	(3)	(10)
Total	79	182	54	31

NOTA 23 – RESULTADO FINANCEIRO

	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016
Receitas Financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	67	214	85	238
Varição cambial ativa	6	19	(1)	1
Atualizações monetárias	10	33	12	39
Juros e descontos obtidos	30	47	3	10
Outras	1	3	3	7
Total das Receitas Financeiras	114	316	102	295
Despesas Financeiras				
Encargos sobre financiamentos	(64)	(245)	(105)	(26)
Varição cambial passiva	4	(26)	(3)	(16)
Atualizações monetárias	(20)	(65)	(22)	(69)
Operações com derivativos	(45)	(71)	(10)	(294)
Taxas bancárias	(3)	(12)	(3)	(7)
Outras	(9)	(26)	(7)	(22)
Total da Despesas Financeiras	(141)	(448)	(150)	(435)
Total do Resultado Financeiro	(27)	(132)	(48)	(140)

NOTA 24 – LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os períodos indicados.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista da ITAÚSA pelo número médio de ações durante os períodos, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016
Lucro Líquido	2.350	6.461	2.114	6.313
Dividendo Mínimo Não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais	(47)	(46)	(46)	(46)
Subtotal	2.303	6.415	2.068	6.267
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um Valor por Ação Igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(28)	(28)	(28)	(28)
Subtotal	2.275	6.387	2.040	6.239
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:				
Aos Detentores de Ações Ordinárias	859	2.425	779	2.393
Aos Detentores de Ações Preferenciais	1.416	3.962	1.261	3.846
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	887	2.453	807	2.421
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	1.463	4.008	1.307	3.892
Média Ponderada das Ações em Circulação				
Ações Ordinárias	2.823.483.724	2.825.648.563	2.828.112.054	2.845.991.387
Ações Preferenciais	4.650.146.149	4.616.826.336	4.575.176.570	4.575.176.570
Lucro por Ação - Básico e Diluído - R\$				
Ações Ordinárias	0,31	0,87	0,29	0,85
Ações Preferenciais	0,31	0,87	0,29	0,85

O impacto da diluição do lucro por ação é menor que R\$ 0,01.

NOTA 25 – COMBINAÇÕES DE NEGÓCIOS

Em maio de 2010, o Bank of America Corporation vendeu sua participação no capital social do Itaú Unibanco Holding. As ações preferenciais foram negociadas no mercado e as ações ordinárias foram adquiridas pela ITAÚSA, que elevou sua participação direta e indireta no capital social do Itaú Unibanco Holding de 35,46% para 36,57%.

A data de 30 de junho de 2010 foi determinada para a aplicação do método de aquisição previsto no CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios”. A aplicação do método de aquisição consiste em efetuar o reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e de quaisquer participações societárias de não-controladores na adquirida e efetuar o reconhecimento e mensuração do ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) ou do ganho proveniente de uma compra vantajosa.

Na data de aquisição a ITAÚSA registrou um ágio de R\$ 809 que foi alocado, considerando:

- (i) os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e a participação de não-controladores;
- (ii) a contraprestação pelo controle da adquirida; e
- (iii) ágio por rentabilidade futura (*goodwill*).

O quadro a seguir demonstra o saldo dos ativos e passivos identificáveis e o valor do ágio apurado, na proporção da aquisição de 1,22%:

	31/12/2016	Amortizações/ Realizações	30/09/2017
Intangíveis Amortizáveis			
Relacionamento com Cliente	27	(3)	24
Acesso exclusivo aos clientes de Varejo e Corretoras Imobiliárias	37	(12)	25
Outros	1	-	1
Total de Ativos Intangíveis amortizáveis (I)	65	(15)	50
Ativos Intangíveis não amortizáveis			
Marca Hipercard	2	-	2
Marca Itaú	65	-	65
Total Ativos Intangíveis não Amortizáveis (II)	67	-	67
Total alocado como Intangíveis (III = I + II)	132	(15)	117
Passivo fiscal Diferido (IV)	(53)	6	(47)
Total ágio alocado (V = III + IV)	79	(9)	70
Agio - Goodwill	437	-	437

Ativos intangíveis identificáveis e amortizáveis estão sendo reconhecidos no resultado no prazo de 2 a 16 anos de acordo com a vida útil definida com base na expectativa de benefício econômico futuro gerado pelo ativo.

Os ativos intangíveis não amortizáveis e o ágio residual que também representam expectativas de benefícios econômicos futuros, não possuem vida útil definida, e terão sua recuperação testada no mínimo anualmente pela administração.

Esta aquisição de ações representou um incremento de participação à ITAÚSA, sendo que a maior parte dos ativos e passivos identificados foi contabilizada na ITAÚSA com base em critérios de similaridade das operações anteriormente registradas, antes do incremento de participação. Da mesma forma ocorreu para as receitas, despesas e o lucro líquido da ITAÚSA.

NOTA 26 – BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

Nos termos do CPC 33 / IAS 19 – “Benefícios a Empregados”, apresentamos a seguir as políticas praticadas pelas controladas da ITAÚSA quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

As controladas da ITAÚSA no Brasil fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial (Fundação), entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade administrar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social. A Fundação administra o Plano de Contribuição Definida – PAI – CD (“Plano CD”) e o Plano de Benefícios Definido - BD (“Plano BD”).

Os colaboradores contratados pelas empresas da Área Industrial e de Serviços contam com a opção de participar voluntariamente do Plano de Contribuição Definida – PAI – CD, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial.

(a) Plano de Contribuição Definida – Plano CD

Este plano é oferecido a todos os colaboradores das patrocinadoras, e contava em 30 de setembro de 2017 com 8.769 participantes (8.940 em 31 de dezembro de 2016).

No Plano CD – PAI (plano de aposentadoria individual) não há risco atuarial e o risco dos investimentos é dos participantes.

Fundo Programa Previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram o fundo programa previdencial, que de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições das patrocinadoras.

O montante registrado no balanço patrimonial na rubrica Outros Ativos Financeiros (Nota 8a) é de R\$ 123 (R\$ 117 em 31 de dezembro 2016). Foi reconhecido no resultado do período a receita de R\$ 6 (despesa de R\$ 5 de 01/01/2016 a 30/09/2016).

(b) Plano de Benefício Definido – Plano BD

É um Plano que tem como finalidade básica a concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento, os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado por vedar o acesso de novos participantes.

O plano abrange os seguintes benefícios: a complementação de aposentadoria, por tempo de contribuição, especial, por idade, invalidez, renda mensal vitalícia, prêmio por aposentadoria e pecúlio por morte.

Em 30 de setembro de 2017, o saldo a receber decorrente da destinação de parte da reserva especial do Plano BD às patrocinadoras, registrado no balanço patrimonial da rubrica Outros Ativos Financeiros (Nota 8a), era de R\$ 11 (R\$ 14 em 31/12/2016), a ser realizado em 21 (vinte e uma) parcelas mensais.

Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	30/09/2017	30/09/2016
Taxa de Desconto	11,14% a.a.	12,60% a.a.
Tábua de Mortalidade ⁽¹⁾	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	Nula	Nula
Crescimento Salarial Futuro	7,23 % a.a.	7,38 % a.a.
Crescimento Benef. Previd. Social / Planos	4,85 % a.a.	5,00 % a.a.
Inflação	4,85 % a.a.	5,00 % a.a.

(1) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas; A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

NOTA 27 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

De acordo com as normas vigentes, um segmento operacional pode ser entendido como um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- (b) Que os resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.
- (c) Para as quais as informações financeiras individualizadas estejam disponíveis.

Os segmentos operacionais da ITAÚSA foram definidos de acordo com os relatórios apresentados ao Comitê Executivo para a tomada de decisão. Desta forma, os segmentos estão divididos em Setor Financeiro e Setores não Financeiros.

A ITAÚSA tem como parte de seu objeto social a participação no capital social de outras empresas de diversos segmentos. Seus principais investimentos são: Duratex, Elekeiroz, Alpargatas e Nova Transportadora do Sudeste - NTS, que atuam nos setores não financeiros, e o Itaú Unibanco Holding, que atua no setor financeiro.

As empresas nas quais a ITAÚSA investe têm autonomia para definir seus padrões diferenciados e específicos na gestão e segmentação dos seus respectivos negócios.

• Setor Financeiro

O Itaú Unibanco Holding é uma instituição bancária que oferece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de produtos de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no Exterior.

A ITAÚSA exerce controle compartilhado nos negócios do Itaú Unibanco Holding. As informações das controladas em conjunto foram contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e não foram consolidadas.

As demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding de 30 de setembro de 2017 podem ser acessadas no site <https://www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores/>.

• Setores não Financeiros

Nos setores não financeiros temos uma diversidade entre as empresas, por esse motivo segregamos a informação por empresa. Abaixo uma breve descrição dos produtos e serviços fornecidos pelas empresas:




I) Alpargatas: suas atividades são a fabricação e comercialização de calçados e respectivos componentes; artigos de vestuário; artefatos têxteis e respectivos componentes; artigos de couro, de resina e de borracha natural ou artificial e artigos esportivos. A ITAÚSA exerce controle compartilhado nos negócios da Alpargatas e suas informações não são consolidadas, sendo contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

II) Duratex: fabrica metais sanitários, louças sanitárias e seus respectivos acessórios e chuveiros elétricos, negociados sob as marcas Deca e Hydra, que se destacam pela ampla linha de produtos, pelo design arrojado e pela qualidade superior; e fabrica painéis de madeira feitos a partir de pinus e eucalipto, amplamente utilizados na fabricação de móveis, com destaque para a chapa de fibra, o painel de aglomerado e os painéis de média, alta e super densidade, mais conhecidos como MDF, HDF e SDF, a partir dos quais, são fabricados pisos laminados (Durafloor) e revestimentos para teto e parede.

III) Nova Transportadora do Sudeste - NTS: transporta, através de gasodutos, gás para distribuidoras e usinas térmicas de SP, RJ e MG, região responsável pela geração de grande parte do PIB do país. A ITAÚSA investe na NTS juntamente com outros sócios e esse investimento está contabilizado como um Ativo Financeiro, de acordo com o CPC 38.

IV) Elekeiroz: atua no mercado químico e tem por objetivo a industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral, inclusive de tais produtos de terceiros, importação e exportação. A Companhia conta com uma capacidade de produção de produtos químicos de mais de 700 mil toneladas anuais nas suas unidades industriais, que são destinados fundamentalmente para o setor industrial, especialmente construção civil, vestuário, automotivo e alimentício.

V) Itaútec: tem como principal atividade a participação em sociedades no Brasil e no exterior, em especial naquelas que atuam na fabricação e comercialização de equipamentos de automações bancária e comercial e na prestação de serviços.

	Janeiro a Setembro	Setor Financeiro	Setores Não Financeiros			
			 (1)		 (2)	
Ativos Totais	2017	1.373.518	3.709	9.033	10.182	456
	2016	1.324.122	3.777	9.246	n.d	707
Receitas Operacionais ⁽³⁾	2017	147.822	1.667	2.888	3.092	719
	2016	155.529	2.006	2.881	n.d	585
Lucro Líquido	2017	18.418	234	100	1.348	23
	2016	17.271	171	1	n.d	(40)
Patrimônio Líquido (PL)	2017	131.410	2.241	4.678	4.286	135
	2016	121.942	1.985	4.571	n.d	415
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) ⁽⁴⁾	2017	20,2%	21,6%	2,9%	43,0%	26,1%
	2016	20,0%	17,4%	0,0%	n.d	-12,4%
Geração Interna de Recursos ⁽⁵⁾	2017	56.863	193	735	2.744	57
	2016	76.603	227	643	n.d	(17)

(1) Com base nas Demonstrações Contábeis de 30 de Junho 2017.

(2) Informações não revisadas pela auditoria externa.

(3) As Receitas Operacionais foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos, Receita de Prestação de Serviços, Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.
- Alpargatas, Duratex, NTS e Elekeiroz: Vendas de Produtos.

(4) Representa a relação entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio (dez'16 + mar + jun + set) / 4.

(5) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Obs. O Lucro Líquido, o Patrimônio Líquido e o ROE do Itaú Unibanco correspondem aos valores atribuíveis aos acionistas controladores.

NOTA 28 – PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

a) Partes Relacionadas

	Consolidado			
	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	30/09/2017	31/12/2016	01/01 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2016
Aplicações Financeiras	35	126	2	13
Itaú Unibanco S.A.	35	126	2	13
Clientes	35	37	76	142
Partes Relacionadas de Controladas (*)	35	37	76	142
Receitas (Despesas) de Prestação de Serviços	-	-	(1)	(2)
Itaú Corretora S.A.	-	-	(1)	(1)
Itaú Unibanco S.A.	-	-	-	(1)
Total	70	163	77	153

(*) Referem-se à operações de venda de mercadorias da Duratex S.A. para Leo Madeiras Maqs. e Fer. S.A., Fibria Celulose, além de custos com arrendamento rural com a Ligna Florestal Ltda.

Além das operações acima discriminadas, a ITAÚSA e partes relacionadas em associadas e entidades controladas em conjunto, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns, registraram em Despesas Gerais e Administrativas R\$ 1 (R\$ 4 de 01/01 a 30/09/2016), em função da utilização da estrutura comum.

Em 30 de setembro de 2017 não houve a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa envolvendo operações com partes relacionadas.

b) Garantias Prestadas

Além dessas transações, existem garantias prestadas pela ITAÚSA, representadas por operações de avais, fianças e outras, conforme abaixo:

	30/09/2017	31/12/2016
Duratex S.A.	133	211
Elekeiroz S.A.	134	138
Itautec S.A.	7	19
Total	274	368

c) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

A remuneração dos executivos da administração da Itaúsa e de suas controladas foi:

	01/01 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2016
Remuneração	38	25
Participações no Lucro	11	11
Opções de Ações	3	4
Total	52	40

NOTA 29 – GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

I) Fatores de Riscos Financeiros

Para entender os riscos inerentes à atividade da ITAÚSA, é preciso primeiro saber que o propósito da entidade é a gestão de participações societárias. Assim sendo, fica evidente que os riscos aos quais a ITAÚSA está sujeita são os riscos geridos pelas suas controladas e coligadas.

Quanto ao risco de liquidez, a previsão de fluxo de caixa da ITAÚSA é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, principalmente o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio e liquidação de outras obrigações assumidas.

O excesso de caixa da ITAÚSA é investido em títulos públicos e em cotas de fundos de investimentos.

Na data do relatório, a ITAÚSA mantinha Caixa e Equivalentes de Caixa no valor de R\$ 77 (R\$ 666 em 31/12/2016), que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Com o propósito de manter os investimentos em níveis aceitáveis de risco, novos investimentos ou aumentos de participação são discutidos em reunião conjunta da Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da ITAÚSA.

Abaixo apresentamos os principais riscos das controladas ITAÚSA:

a) Risco de Mercado

(i) Risco Cambial

Variações nas taxas de câmbio podem resultar na redução dos valores dos ativos ou aumento dos passivos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Em função de seus procedimentos de gerenciamento de riscos, que objetivam minimizar a exposição cambial, são mantidos mecanismos de “*hedge econômico*” que visam proteger a maior parte de sua exposição cambial.

(ii) Operações com derivativos

Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Abaixo os tipos de contratos existentes nas controladas:

- Contrato de *SWAP* US\$ x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas denominadas em Dólares em dívidas indexadas ao CDI;
- Contrato de *SWAP* Pré x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas com taxas pré fixadas de juros em dívidas indexadas ao CDI;
- Contrato de *NDF* (*Non Deliverable Forward*): esse tipo de operação tem o objetivo de zerar a exposição cambial. Nesta operação o contrato é liquidado no seu respectivo vencimento, considerando-se a diferença entre a taxa de câmbio a termo (*NDF*) e a taxa de câmbio do fim do período (*Ptax*);
- O valor justo dos instrumentos financeiros foi calculado utilizando-se a precificação feita por meio do valor presente estimado, tanto para a ponta passiva quanto para a ponta ativa, onde a diferença entre as duas gera o valor de mercado do *SWAP*.

A tabela a seguir apresenta o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

	Valor de Referência	Valor Justo	Efeito Acumulado	
	30/09/2017	30/09/2017	Valor a Receber	Valor a Pagar
Contratos de Swaps	-	96	25	(3)
Posição Ativa	786	894	25	(3)
Moeda Estrangeira (USD)	766	835	25	(3)
Taxa Pré-Fixada	20	59	-	-
Posição Passiva	(786)	(798)	-	-
CDI	(786)	(798)	-	-
Contratos de Futuro (NDF)	101	100	1	-
Compromisso de Venda	101	100	1	-
NDF	101	100	1	-

	Valor de Referência	Valor Justo	Efeito Acumulado	
	31/12/2016	31/12/2016	Valor a Receber	Valor a Pagar
Contratos de Swaps	-	94	98	(4)
Posição Ativa	959	1.120	98	(4)
Moeda Estrangeira (USD)	901	1.062	98	(3)
Taxa Pré-Fixada	58	58	-	(1)
Posição Passiva	(959)	(1.026)	-	-
CDI	(959)	(1.026)	-	-
Contratos de Futuro (NDF)	27	27	-	-
Compromisso de Venda	27	27	-	-
NDF	27	27	-	-

As perdas ou ganhos nas operações listadas no quadro foram compensados nas posições em juros e moeda estrangeira, ativas e passivas, cujos efeitos já estão expressos nas demonstrações contábeis.

Análise de Sensibilidade

Abaixo segue demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para ITAÚSA e suas controladas, com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, nos termos determinados pela instrução CVM nº 475/08 representando 25% e 50% de deterioração da variável de risco considerada.

Para as taxas das variáveis de risco utilizadas no Cenário Provável, foram utilizadas as cotações da B3 / Bloomberg para as respectivas datas de vencimento.

Risco	Instrumento/Operação	Descrição	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Cambial	Swap - US\$ / CDI (Res. 4131)	Queda US\$	(10)	(210)	(410)
	Objeto de Hedge: dívida em moeda estrangeira (US\$)	(Aumento US\$)	10	210	410
	NDF (US\$)	Queda US\$	-	25	50
	Objeto de Hedge: dívida em moeda estrangeira (US\$)	(Aumento US\$)	-	(25)	(50)
	Exportações a receber	(Queda US\$)	-	(4)	(8)
		Aumento US\$	-	4	8
	BNDES - Crédito Rotativo	Queda US\$	(1)	2	4
		(Aumento US\$)	-	(2)	(4)
	Fornecedores Exterior (-) Hedge	Queda US\$	-	2	4
		(Aumento US\$)	-	(2)	(4)
Total			(1)	-	-

(iii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O caixa aplicado tem rendimento indexado à percentual da variação do CDI, com resgate garantido pelos bancos emissores de acordo com as taxas contratadas. Não há outros ativos significativos cujo resultado seja afetado diretamente pelas mudanças de taxas de juros do mercado.

Para o passivo, o risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Tais empréstimos, em sua maioria, são indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”), taxa que visa estimular os investimentos de longo prazo para o setor produtivo e que, historicamente, é inferior às taxas de financiamentos praticadas pelo mercado.

O risco dessas taxas de juros contratadas é acompanhado desde o início do financiamento, sendo política acompanhar as oscilações e projeções do mercado de juros, analisando eventual necessidade ou oportunidade de contratar-se *hedge* para essas operações.

b) Risco de Crédito

A política de vendas está diretamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das Contas a Receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, temos como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

c) Risco de Liquidez

É o risco da ITAÚSA e suas controladas não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

O quadro abaixo demonstra os vencimentos dos passivos financeiros e as obrigações com fornecedores na data das demonstrações contábeis:

30/09/2017	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos/Debêntures	1.141	1.031	1.685	828
Fornecedores e Outras Obrigações	342	18	241	30
Total	1.483	1.049	1.926	858

31/12/2016	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos/Debêntures	780	1.636	1.292	4
Fornecedores e Outras Obrigações	298	1	-	34
Total	1.078	1.637	1.292	38

II) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalente de caixa, depósitos vinculados, contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) e os empréstimos, financiamentos e debêntures, estejam próximo de seus valores justos. O valor justo dos demais ativos e passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante desconto dos fluxos de caixa contratual futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para ITAÚSA e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

As demonstrações contábeis estão em conformidade com o CPC 40 / IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: evidenciação” para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação dessas mensurações pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3: inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

A seguir demonstramos os instrumentos financeiros consolidados por nível:

	Nível	30/09/2017	31/12/2016
Ativos ⁽¹⁾		4.441	5.119
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	81	50
Caixa e Equivalentes de Caixa	2	1.015	2.384
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação - Letra Financeira Subordinada	2	-	61
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação - Letra Financeira do Tesouro	1	76	249
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação - Debêntures	2	49	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	3	931	-
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	2	445	-
Contas a Receber de Clientes	2	1.015	934
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	2	409	1.004
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	2	102	99
Outros Ativos Financeiros	2	318	338
Passivos		6.366	6.077
Empréstimos / Financiamentos / Debêntures	2	4.685	3.712
Fornecedores / Outras Obrigações	2	631	333
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	2	1.050	2.032

(1) O valor justo dos investimentos controlados em conjunto não consolidados estão divulgados na nota 10 IIa.

NOTA 30 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Aquisição de Ações da Duratex S.A.

Em 05/10/2017, a ITAÚSA adquiriu 1.839.017 ações ordinárias da controlada Duratex S.A., ao custo médio unitário de R\$ 9,97, totalizando R\$ 18, aumentando sua participação no capital social para 36,68%.

Elevação dos limites para aquisição de ações de emissão própria para tesouraria

O Conselho de Administração, em reunião de 10/10/2017, elevou os limites de aquisição para até 153.700.000 de ações escriturais de emissão própria, sendo 103.700.000 ordinárias e 50.000.000 preferenciais, sem redução do valor do capital social, para manutenção em tesouraria, cancelamento ou recolocação no Mercado.

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.
São Paulo - SP

Revisamos o balanço patrimonial individual da **Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. (Companhia)** em 30 de setembro de 2017, e as respectivas demonstrações individuais do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa para o trimestre e período de nove meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido para o período de nove meses findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Revisamos também o balanço patrimonial consolidado da **Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. e suas controladas (Consolidado)** em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa para o trimestre e período de nove meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido para o período de nove meses findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e a norma internacional de contabilidade IAS 34 – “*Interim Financial Reporting*”, emitida pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 – “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias individuais anteriormente referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de setembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre e período de nove meses findo naquela data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas anteriormente referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e suas controladas** em 30 de setembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o trimestre e período de nove meses findo naquela data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e a norma internacional de contabilidade IAS 34 – “*Interim Financial Reporting*”, emitida pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos também as demonstrações intermediárias, individuais e consolidadas, do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017, preparadas pela Administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 06 de novembro de 2017.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120458/O-6

RELATÓRIO DE REVISÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Administradores e Acionistas
Itáusa – Investimentos Itaú S.A.

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias individuais da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o trimestre e o período de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Revisamos também as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o trimestre e o período de nove meses findos nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias individuais acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de setembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os períodos de três e nove meses findos nessa data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária".

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas anteriormente referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e suas controladas em 30 de setembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para os períodos de três e nove meses findos nessa data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

Revisamos também as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 06 de novembro de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CNPJ 61.532.644/0001-15

Companhia Aberta

NIRE 35300022220

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.** (Itaúsa) procederam ao exame das demonstrações contábeis do trimestre findo em 30.09.2017, que foram revisadas pela BDO RCS Auditores Independentes S/S (BDO) na qualidade de auditores independentes, em atendimento aos requerimentos estatutários, inclusive no que se refere às normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Em atendimento às práticas de Governança Corporativa, essas demonstrações contábeis foram também revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), na qualidade de auditores independentes do Conglomerado, inclusive da empresa controladora da Itaúsa. Ambos os auditores independentes emitiram relatórios sem ressalvas.

Os Conselheiros Fiscais verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e, à vista das manifestações da BDO e PwC acima mencionadas, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Itaúsa no período. São Paulo (SP), 6 de novembro de 2017. (aa) Tereza Cristina Grossi Togni – Presidente; Alexandre Barenco Ribeiro, Flavio Cesar Maia Luz, José Maria Rabelo e Paulo Ricardo Moraes Amaral – Conselheiros.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
Diretor de Relações com Investidores

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CNPJ 61.532.644/0001-15

Companhia Aberta

NIRE 35300022220

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DA DIRETORIA REALIZADA EM 6 DE NOVEMBRO DE 2017

DATA, HORA E LOCAL: em 6 de novembro de 2017, às 9:00 horas, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3500, 1º andar, sala 141, em São Paulo (SP).

PRESIDENTE: Alfredo Egydio Setubal, Diretor Presidente.

QUORUM: a totalidade dos membros eleitos.

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE: após exame das demonstrações contábeis referentes ao 3º trimestre de 2017, a Diretoria deliberou, por unanimidade e em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, alterada, declarar que:

- a) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela BDO RCS Auditores Independentes S/S, na qualidade de auditores independentes, em atendimento aos requerimentos estatutários, inclusive no que se refere às normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Em atendimento às práticas de Governança Corporativa, essas demonstrações contábeis foram também examinadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, na qualidade de auditor independente do Conglomerado, inclusive da empresa controladora da Itaúsa; ambos os auditores independentes emitiram relatórios sem ressalvas; e
- b) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2017.

ENCERRAMENTO: nada mais havendo a tratar e ninguém desejando manifestar-se, encerraram-se os trabalhos, lavrando-se esta ata que, lida e aprovada, foi por todos assinada. São Paulo (SP), 6 de novembro de 2017. (aa) Alfredo Egydio Setubal – Diretor Presidente e Roberto Egydio Setubal e Rodolfo Villela Marino – Diretor Vice-Presidente.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
Diretor de Relações com Investidores